

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**  
**DE**  
**CASTELO BRANCO**



**ATA DA SESSÃO**  
**ORDINÁRIA DE**  
**2022/02/28**

**ATA N.º 01**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

### ATA N.º 1/2022

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de 2022, pelas 9 horas e 30 minutos, reuniu em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Castelo Branco, cuja mesa foi presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Jorge Manuel Vieira Neves, pelo Primeiro Secretário, Carlos Simão Martins Mingacho e pela Segunda-Secretária, Celeste Nunes Rodrigues, com a seguinte ordem de trabalhos:

#### I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

(A preencher nos termos do Regimento.)

1. Prestação de informações que à Mesa cumpra produzir.
2. Aprovação das atas n.ºs. 1, 2 e 3, referentes às sessões de 15 de outubro, 29 de novembro e de 30 de dezembro de 2021.
3. Intervenções.

#### II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

- Ponto 1** - Apreciar uma informação do Presidente da Câmara sobre a atividade municipal e situação financeira do Município.
- Ponto 2** - Discussão e votação da proposta de “Retificação do Contrato Interadministrativo com a União de Freguesia do Ninho do Açor e Sobral do Campo”. **(Proposta n.º. 1/2022)**
- Ponto 3** - Discussão e votação da proposta de “Mapa “Fluxos de Caixa”, referente ao dia 31/12/2021”. **(Proposta n.º. 2/2022)**
- Ponto 4**- Discussão e votação da proposta de “Geminção com o Município de Vila Marrupa, em Moçambique”. **(Proposta n.º. 3/2022)**
- Ponto 5** - Discussão e votação da proposta de “Adesão do Município à Associação de Municípios Portugueses do Vinho”. **(Proposta n.º. 4/2022)**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

**Ponto 6** - Discussão e votação da proposta de “Adesão do Município à Associação Portuguesa das Cidades e Vilas Cerâmicas”. (Proposta nº. 5/2022)

**Ponto 7** – Designação de 5 Membros da Assembleia Municipal para integrar a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género.

### **MEMBROS PRESENTES À SESSÃO**

Jorge Manuel Vieira Neves, Catarina Isabel Romão Proença (em substituição de António Augusto Cabral Marques Fernandes), Pedro Luís Ribeiro Crisóstomo, Carlos Manuel Freire Antunes, Carla Sofia Massano Lopes de Carvalho, Maria José Sobreira Rafael, Francisco Manuel Pombo Lopes, João Filipe Dias Ribeiro, Paulo Jorge Vaz Ramos de Almeida, Joaquim Manuel Faustino (em substituição de João Nuno Marques Carvalhinho), Miguel Gregório Barroso, Ernesto Candeias Martins, Maria do Carmo Almeida Nunes, Christelle Varanda Domingos, Ana Cristina Marques Lourenço, Carlos Simão Martins Mingacho, Daniel António Guerreiro Almeida, Maria Cristina Vicente Pires Granada, Armando Lopes Ramalho, Maria da Conceição Martins Pereira, Adelina Maria Machado Martins Pereira, Adelina Maria Machado Martins, Milena Cristina da Silva Marques Santos, José Afonso Antunes Custódio, João Filipe Nunes Valente Neves, José Dias dos Santos Pires), José António Afonso Dâmaso, José António Mendes Duque (em substituição Pedro João Martins Serra, Jorge Manuel Ferreirinho Diogo, Diamantino Castanho Cavaleiro (João José Louro Ramos), Sandra Maria Duarte Lucas Silva, Luís Manuel de Andrade, João Filipe Tavares Goulão, Celeste Nunes Rodrigues, José Carlos Ramos Dé, Severino Miguel da Conceição Vaz, António Manuel Falcão Antunes, João Miguel Teles Baltazar, Ernestina Gens da Conceição Baptista Perquilhas, António Manuel Varanda Marcelino e Ana Sofia Santos Ramos Pereira.

### **MEMBROS AUSENTES À SESSÃO**

António Augusto Cabral Marques Fernandes, João Nuno Marques Carvalhinho, Pedro João Martins Serra, João José Louro Ramos.

### **JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS**

António Augusto Cabral Marques Fernandes, João Nuno Marques Carvalhinho, Pedro João Martins Serra, João José Louro Ramos.

### **CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

### Da Câmara Municipal:

- Instrumentos de Gestão Previsional 2022 da Albigeç, EM/SA.;
- Informação sobre a situação Económica e Financeira Semestral dos SMAS -1ª. Semestre de 2021;
- 1ª Certificação Legal de Contas Intercalar 2021 e Informação Semestral 2021;
- Informação sobre a situação Económica e Financeira Semestral da CMCB -1ª. Semestre de 2021;
- Envio das atas das Reuniões da Câmara Municipal.

### Publicações Editoriais:

- Jornal da Associação Portuguesa de Deficientes;
- Jornal do STAL;
- Jornal Voz das Misericórdias.

### I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

**Presidente da Assembleia Municipal** – Damos início à reunião da Assembleia Municipal convocada de acordo com o Regimento em vigor e com a Lei nº. 75/2013.

Para além do edital/convocatória, houve a publicação nas redes sociais oficiais do Município e também publicitação no jornal Reconquista, na sua Edição de 24 de fevereiro.

Cumprimento o Senhor Presidente da Câmara Municipal os Senhores e Senhoras Vereadoras do Executivo Municipal, caras deputadas e deputados municipais, Presidentes das Juntas e das Uniões de Freguesia do Concelho, Municípes, presentes aqui no CTA, Assistentes que estão connosco remotamente, através das redes sociais, dirigentes e funcionários municipais e da ALBIGEC e comunicação social.

Em nome da Mesa, no início da Sessão, apresento, a todos, uma saudação, com estima e consideração e formulo o desejo de um bom trabalho para todos.

#### **1. Prestação de informações que à Mesa cumpra produzir**

Estão presentes 40 Deputados Municipais

Para o bom andamento dos trabalhos é importante a fluidez e a organização prévia.

Assim, alertamos agora para dois aspetos:



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

- 1) Nos termos do nº 3 do Artigo 37º do Regimento recorda-se que “No período de “antes da ordem do dia” cada grupo municipal ou membro independente, deverá apresentar à Mesa, no início de cada sessão da Assembleia Municipal, uma lista dos deputados inscritos para intervirem, no tempo de que dispõe para o efeito, de acordo com a grelha de tempos definida no Anexo I ao presente Regimento – aprovado na sessão de 29 de novembro.

Solicito aos líderes de bancada a entrega na Mesa a relação das intervenções que os Agrupamentos Parlamentares pretendem agendar para esta Sessão.

- 2) Quanto ao Período de Intervenção do Público que terá lugar no final da Sessão, de acordo com o ponto 2 do Art.º 39 (REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL), os cidadãos interessados em intervir, para solicitar esclarecimentos, terão de fazer, antecipadamente, a sua inscrição.

### **COMISSÃO DE REVISÃO DO NOVO REGIMENTO**

Os trabalhos estão a decorrer de forma regular com uma reunião por semana e a nossa ideia é que o documento possa estar concluído no final de março.

A Comissão optou por iniciar uma reformulação exaustiva e completa da estrutura do documento, analisando-o e discutindo-o na especialidade, ponto a ponto, capítulo a capítulo.

O objetivo, no cronograma temporal que foi definido no início dos trabalhos, é que o Regimento possa vir a ser presente à Assembleia e apreciado na reunião de abril.

### **III CONGRESSO DA ANAM**

No passado dia 23 de fevereiro realizou-se, na Covilhã, o 3º Congresso da Associação Nacional das Assembleias Municipais, onde estive presente.

Tratou-se de um fórum onde a regionalização e o papel das autarquias estiveram no centro da maioria das intervenções.

Um dia intenso caracterizado pela reflexão em que foram colocadas no centro das atenções a necessidade de mais transparência, de maior rigor e de aumento de meios para as Assembleias Municipais - o órgão de debate político por excelência de cada concelho.

É, pois, importante dignificar-se o papel democrático das Assembleias Municipais, abrindo-as, cada vez mais, à sociedade civil.

Elas devem ir mais além do que a realização das sessões obrigatórias por Lei.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

As Assembleias municipais são a democracia por excelência de cada concelho e uma conquista do poder local democrático, pelo que não podem ser vistas com distanciamento pelo cidadão.

Mas quantos cidadãos sabem o que fazem, o que são e para que servem as Assembleias Municipais?

Há, com toda a certeza, muito a fazer e, todos juntos, cá estaremos para dar notoriedade à nossa Assembleia Municipal de Castelo Branco.

**2. Aprovação das atas n.ºs. 1, 2 e 3, referentes às sessões de 15 de outubro, 29 de novembro e de 30 de dezembro de 2021.**

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata n.º 1, referente à sessão de 15 de outubro de 2022.

**Presidente da Assembleia Municipal** – Relativamente à ata n.º 2, de 29/11/2021, quero solicitar aqui uma correção relativamente ao ponto n.º 11, tratava-se da eleição de quatro elementos da Assembleia Municipal para integrar a Assembleia Intermunicipal da Beira Baixa, houve duas listas em confronto que foram eleitas pelo método de hondt e há um lapso nesta ata que peço a vossa compreensão. Como houve duas listas, obviamente, que os suplentes têm que corresponder aos elementos das duas listas. Assim recordei que o que diz a ata e foi o que aconteceu, a Assembleia Municipal elegeu, por escrutínio secreto e aplicação do método de Hondt, os seguintes membros: Jorge Manuel Vieira Neves (PS), Pedro Luís Ribeiro Crisóstomo (S-MI), Adelina Maria Machado Martins (PSD/CDS/PPM) e Maria José Sobreira Rafaela (S-MI), os suplentes que figuram na ata são os seguintes membros, Ernesto Candeias Martins (MPT) e não é correto. Por parte da lista A existem 2 suplentes que são, Ernesto Candeias Martins (MPT) e Francisco Manuel Pombo Lopes (PS) e há dois suplentes por parte do S-MI, Paulo Jorge Vaz Ramos Almeida e Ana Cristina Marques Lourenço.

E, portanto, solicito à Assembleia Municipal esta correção que será depois colocada formalmente e de forma correta na ata e depois será entregue aos Senhores Deputados.

**A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata n.º 2, referente à sessão de 29/11/2021.**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

**Maria do Carmo Almeida Nunes (S-MI)** – Relativamente à ata nº. 3, na quinta-feira, passada, foi feita uma alteração, ou seja, foi-nos comunicada nesse dia, e deparamo-nos com o seguinte, no que diz respeito ao pedido de renúncia do Deputado Municipal, Fernando Manuel Raposo, foi incluído uma disposição legal, o artigo 7º. do Regimento, foi colocado à apreciação da Assembleia Municipal. Esta apreciação legal do artigo 7º. do Regimento é uma norma que foi aqui invocada que não faz sentido neste pedido de renúncia do Senhor Deputado, porque ao analisar o artigo 7º. do Regimento, esta apreciação faria sentido, sim, se o Senhor Deputado faltasse mais de 30 dias seguidos, se consideraria uma falta injustificada e aí sim, nos termos do nº. 4, a apreciação e a decisão sobre a justificação referida no número anterior, cabe à Assembleia Municipal e deve ter lugar na primeira reunião a seguir à apresentação da mesma. A renúncia do mandato é uma manifestação de vontade dos membros eleitos da Assembleia Municipal como está no nº.1 desse artigo 7º.

Portanto, o que sugiro é que seja alterado porque não pode vir mencionando o nº. 4 do art.7º. do Regimento porque não apreciamos, nem podemos votar uma situação que não aconteceu porque o Senhor Deputado não faltou e não estamos aqui a apreciar se as faltas foram justificadas, ou não, porque não é isso que está em causa.

**Presidente da Assembleia Municipal** - Se concordam, peço que se retire a ata nº. 3 e será aprovada numa próxima sessão.

Para que as atas possam estar formalmente corretas e de acordo com aquilo que os Senhores Deputados querem que fique nas atas, solicitamos quando receberem as atas, façam o favor de contactarem os serviços a solicitar as correções, relativamente, àquilo que se pretende para posteriormente nas sessões se proceder à aprovação das atas.

A ata nº. 3, referente à sessão de 30 de dezembro de 2021, foi retirada para aprovação numa próxima sessão.

### 3. Intervenções

**Ernesto Candeias Martins (MPT)** - Todos sabemos que o ano de 2022 continuará numa incerteza da evolução da pandemia, a qual implica uma emergência de saúde pública, que irá influenciar as atividades dos diferentes agentes económicos, independentemente da respetiva natureza, mas em especial a dos municípios com impacto na vida das pessoas. Cabe Município dinamizar o seu



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

território com ações estratégicas na qualificação das infraestruturas e dos equipamentos municipais, apostando assim na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, na aproximação da cidade aos espaços das Freguesias, através de um maior investimento público e, daí a necessidade de um Plano de Desenvolvimento Sustentável eficaz de 3 anos. Parece que o GOP e o Orçamento para 2022 não é mais que uma continuidade anterior, com pouca criação e implementação de infraestruturas para prioridades emergentes perante a seca – desertificação, os recursos hídricos e da água, o investimento, na aposta nas energias renováveis com autonomia de consumo energético (redução dos 8 para 4 milhões exige planeamento integral do Plano), do âmbito social e de apoio, na educação e cultura, entre outras e, ainda da requalificação do território municipal. Refiro-me igualmente à dinamização das economias locais, à promoção do turismo sustentável, nomeadamente neste território de baixa densidade, que importa continuar a realizar, com medidas específicas que permitam garantir a necessária segurança de todos.

Da ação de desenvolvimento por parte da Câmara sabemos pouco se reforça o desenvolvimento económico e a competitividade como prioridade, de modo a garantir a criação de emprego para todos, e de forma especial para os mais jovens, que exigem mais qualificação das entidades formadoras e, ainda a possibilidade de realizarem estágios profissionais em contexto real de trabalho, criando condições, para uma mais rápida integração no mercado de trabalho.

Igualmente em termos de projetos e obras referidas no GOP pensamos que a qualificação urbana na cidade e no concelho é prioritária, integrando a rede viária e as redes de águas pluviais, o ambiente e a floresta e espaços rurais, um bom debate do PDM e PU e de outros investimentos que possam de forma sustentável, contribuir para o nível de qualidade de vida e de coesão social, no âmbito da cidade inteligente. O processo de crescimento a partir do desenvolvimento de projetos é essencial na governação municipal. Contudo, vemos que a rubrica 'Funções económicas' não foi alterado nesta modificação o que nos deixa 'perplexos pelo seu teor e impacto'.

Senhor Presidente da Câmara para quando a reestruturação do PDM e do Plano de Urbanização (2002), pois isto implica o plano de desenvolvimento sustentável para a cidade e Concelho.

Temos consciência que todas estratégias condicionam a despesa num conjunto alargado de rubricas, mas deve haver prioridades neste período até 2025. Igualmente a promoção da coesão social continua a ser o eixo fulcral, de forma a garantir iguais oportunidades para todos, em tempos





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

que se avizinham difíceis, resultantes das consequências da pandemia na atividade económica e rendimento das famílias. Consideramos que a Gestão, Organização e Relacionamento com o Cidadão deve ser um eixo prioritário, para garantir as melhores práticas organizacionais, ao nível da gestão e de interação com os diferentes *stakeholders* e, de forma especial, com os cidadãos/pessoas.

Há necessidade de estabelecer com clareza linhas estratégicas até 2025, bem explicitas para uma adequada 'interpretação' nos procedimentos de orientação. Continuamos a estender a mão na colaboração e participação para que as propostas e as estratégias da Câmara, especialmente aquelas que mais necessitam os cidadãos, as famílias e as pessoas, as empresas (pequenas e médias e o comércio), as instituições sociais e educativas no seu dia-a-dia e nas dificuldades que o contexto nacional, regional e internacional nos afligem.

Reconhecemos que o Fundo Social Municipal, tem por finalidade a cobertura de um largo conjunto das despesas relativas a atribuições e competências do município e o qual tem tido uma preocupação do executivo para colmatar despesas associadas a funções sociais, nomeadamente educação, saúde e ação social, mais concretamente para despesas de funcionamento corrente na Educação (pré-escolar público – alimentação, prolongamento de horário, transporte escolar e pessoal não docente; para as despesas de funcionamento corrente com os três ciclos do ensino básico; as despesas com funções educativas de enriquecimento escolar), mas também as despesas de funcionamento corrente com os centros de saúde e dos programas municipais de cuidados de saúde continuados e apoio ao domicílio e de apoio social (funcionamento de programas de ação social de âmbito municipal no domínio do combate à inclusão social, criação de habitação social), bem como o apoio a instituições e associações locais como forma de garantir o necessário apoio às crianças, jovens, idosos e carenciados. Neste sentido congratulamo-nos pela imediata atuação camarária sendo discutível que o investimento aplicado à Educação e Saúde seja menor do que o da Cultura, desporto e Lazer no GOP para 2022. Exigimos, pois uma política mais integrada de ação social, que implemente dinâmicas próprias da rede social instalada, como também na educação (Cidade Educadora e criativa).

Não deixo, contudo, de interpelar o executivo para determinadas situações, possivelmente mais micro e mesmo na atuação camarária, mas que são preocupações dos cidadãos e das pessoas/famílias, dos empresários e instituições:



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

- (1) - Para quando um Relatório técnico sobre os transportes públicos e escolares, já que a despesa é elevada (15 milhões) e a receita é mínima;
- (2) - Para quando uma intervenção Municipal integral no concelho às abelhas da Índia;
- (3) - Onde está a atuação da Comissão Toponímica e/ou de Património Histórico-Cultural e artístico da cidade na auscultação de determinadas alterações e na recuperação do Património Histórico-cultural-etnográfico existente que proporcione desenvolvimento do turismo;
- (4) - Quantas empresas (pequenas e médias e do comércio local) apresentam dificuldades no pós-pandemia para sustentarem ou retomarem as suas atividades e que apoios esperam da Câmara com a necessidade de um Relatório de Utilidade e Qualidade de serviço prestado, de modo a serem apoiadas no contexto desenvolvimento local (incluindo as empresas familiares). Esta dimensão acompanha o impulso ao turismo e ao consumo de proximidade;
- (5) - O que se passa com a AFIBB – Associação do Figo da Índia da Beira Baixa em que a Câmara paga renda já há algum tempo e do equipamento (novo) está sem utilização tendo havido um investimento de 200 mil €, sem retorno. Tem solução?

Esperamos que esse sentido de intermitência demonstrado pelo executivo camarário, sem esclarecimentos claros aos cidadãos e que gera uma nebulosidade nas decisões, sem adoção de estratégias prioritárias e de forma sustentável seja imediatamente mais clarificadora nas suas estratégias sustentáveis. Ora tudo isto produz na consciência das pessoas e dos cidadãos '*suspeitas de interpretação*'. Deve-se promover uma cultura de participação democrática e envolvimento da comunidade no novo ciclo de desenvolvimento e futuro do concelho, incentivando uma cidadania ativa e práticas de construção coletiva.

Senhor Presidente da Câmara Municipal saiba que este Grupo Municipal continua disposto a colaborar em tudo o que tenha a ver com as necessidades prementes das pessoas/famílias e dos cidadãos em geral, mas também no estabelecimento de metas estratégicas de desenvolvimento sustentável nas áreas prioritárias de ação.

**João Filipe Dias Ribeiro (CHEGA)** – O CHEGA, não pode deixar na sua primeira intervenção de hoje, de expressar uma declaração de profundo repúdio pela Guerra que vimos começar há poucos dias no nosso continente Europeu, uma agressão da Federação Russa à Ucrânia.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Neste momento difícil, queremos expressar uma palavra de apoio e alento a toda a comunidade Ucrâniana, em especial, à comunidade Ucrâniana do nosso concelho.

Como é que é possível, em pleno século XXI haver Governantes, entenda-se, neste caso, ditador, que escolham a Guerra como solução para os desentendimentos.

O CHEGA coloca-se ao lado de todas as medidas que o mais rapidamente possível consigam por termo a este conflito, assim como, medidas de apoio que tenham como objetivo minimizar o sofrimento do povo Ucrâniano.

Bem-Haja pela vossa atenção.

**Carlos Manuel Freire Antunes (PSD/CDS-PP/PPM)** – Hoje trago a esta assembleia uma situação que interfere com o quotidiano de muitos albicastrenses.

Trata-se da morosidade na finalização de obras em curso em todo o concelho, aldeias, vilas e cidade.

. Em todos estes locais temos obras que são um transtorno para a população, a grande maioria iniciadas no mandato anterior.

. Permitam-me que dê apenas alguns exemplos:

. Em Alcains as obras simplesmente se arrastam no tempo com grande impacto para os comerciantes, população em geral e para o trânsito;

. Em Escalos de Baixo e Mata arruamentos já calcetados, mas que não foram finalizados os “remates” e o trânsito continua condicionado com grande impacto para a população;

. Em Castelo Branco, por exemplo a rotunda da IP2, junto a Auchan, o trânsito continua condicionado, quando a obra aparentemente está concluída, com grande impacto para os albicastrenses, para quem passa por Castelo Branco e em que nada beneficia a Imagem da Cidade.

A Câmara Municipal já se debruçou sobre os impactos que, o prolongamento dos prazos destas obras, tem na população, comerciantes e imagem da Cidade?

O que a Câmara Municipal está a fazer para que se conclua, obra a obra, não se limitando a prolongar prazos com os argumentos que não há calçada ou que não há mão-de-obra?

Tenho dito.

**Pedro Luís Ribeiro Crisóstomo (S-MI)** - Começo por saudar todas e todos e desejar que esta Sessão da Assembleia Municipal, decorra com o respeito e a elevação que devem marcar o debate político, sempre no plano das ideias e jamais no plano pessoal.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Podemos e devemos debater de forma coerente e cordial centrado o debate no que é essencial.

E o que é essencial, é lutarmos juntos, por soluções para o presente e futuro do nosso Concelho e da nossa região.

O nosso Movimento independente, pretenderá Sempre, fazer parte da solução e jamais do problema.

Este Movimento Independente, participou nas últimas eleições autárquicas, no concelho de Castelo Branco com esse mesmo objetivo e desempenha agora, o papel que os eleitores lhe quiseram atribuir, nas juntas de Freguesia, na Câmara Municipal e nesta Assembleia Municipal.

Decorreram há cerca de um mês, as eleições legislativas e eu gostaria de felicitar democraticamente, o partido socialista pela vitória com maioria absoluta.

O país tem agora uma oportunidade única de promover as reformas que são urgentes e que essa maioria absoluta permite concretizar.

O governo tem agora a estabilidade necessária e uma legislatura mais longa do que o habitual e isso traz uma responsabilidade acrescida.

Quero acreditar, que todos aqui nesta sala, estaremos de acordo quanto à necessidade de promover medidas de discriminação positiva para os territórios do interior do país.

Podemos ter diferentes pontos de vista em relação ao tipo de medidas que consideramos serem as mais adequadas, mas certamente todos concordamos que o governo deve traçar medidas claras, arrojadas e estáveis no sentido de valorizar e promover o interior.

Medidas estáveis para um período mínimo do tempo da legislatura, porque só com estabilidade e confiança haverá investimento e tomada de decisão que leve à fixação de pessoas e empresas.

Medidas não apenas para atrair população e novas empresas, mas também, medidas iguais para aqueles que como nós, já aqui vivem, aqui trabalham, aqui criam valor e riqueza.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Estamos a falar da necessidade de criar taxas de IVA, IRC, IRS e segurança social, diferenciadas, para os territórios do interior do país que estão em clara desvantagem em relação ao litoral, especialmente em relação aos grandes centros urbanos, onde tudo foi centralizado ao longo de décadas.

Não podemos permitir que os decisores políticos em Lisboa, continuem a esquecer os territórios do interior pois dessa forma, o resultado continuará a ser o mesmo, iremos continuar a perder população e oportunidades de atrair investimento.

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco, peço-lhe que em conjunto com os seus homólogos de outros concelhos do interior, desenvolva esforços no sentido de pressionar o governo a tomar medidas urgentes de discriminação positiva para o interior.

Precisamos de medidas reais e não de paliativos.

Não queremos subsídios pontuais nem migalhas.

Queremos medidas sérias, ambiciosas, justas, capazes de promover uma real mudança de paradigma e travar a desertificação do interior do país.

Sem medidas fortes, estáveis e concretas, por parte do governo, os esforços dos autarcas do interior, serão em vão.

Repito, precisamos de taxas de IVA, IRC, IRS e segurança social diferenciadas para estes territórios do interior, para todos, seja para quem vier de novo ou para os que já cá estão.

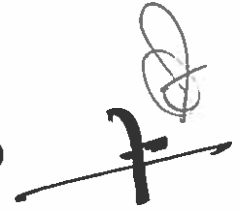
Precisamos de uma vez por todas de redução ou abolição das portagens, de forma clara, direta e descomplicada... Insistimos também, na importância do IC 31 em perfil de auto estrada.

Precisamos da redução dos impostos sobre os combustíveis, de mais apoios à agricultura e silvicultura de forma a combater a desertificação, as alterações climáticas, os incêndios e contribuindo para o ordenamento do território.

Esta é uma discussão necessária e demasiado urgente que não pode ficar apenas por palavras de circunstância.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO



Se verdadeiramente existe vontade política para fortalecer e apoiar o interior do país, é agora o momento certo!

Um olhar atento para os últimos Censos permitirá perceber que temos vários concelhos do interior, que dentro de 20 anos não vão ter população, se esta tendência se mantiver.

Concelhos esses que já hoje têm muito pouca população e de média etária muito elevada.

Este era o tema que queria trazer hoje a esta sessão da Assembleia Municipal.

Agora que a pandemia começava a dar tréguas e que a recuperação económica já se fazia sentir em toda a Europa, de repente... os rostos que vemos na televisão deixaram de ter máscaras e passaram a ter lágrimas.... Voltámos a falar de geopolítica e deixámos de falar em vacinas.

Temos agora 3 acontecimentos de natureza diversa que podem criar a tempestade perfeita para voltarmos a entrar em recessão em toda a Europa.

A guerra em solo europeu, que não é só com a Ucrânia, mas é de certo modo, com todos nós, que põe em causa o nosso modo de vida.

Uma guerra que está a criar uma crise humanitária, a perda de vidas humanas, uma tragédia que nenhum de nós, esperava voltar a ser possível em território europeu.

A guerra nunca será solução para nada.

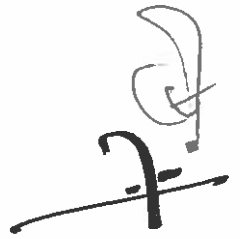
A guerra será sempre a pior das decisões humanas.

As consequências de uma guerra são sempre imprevisíveis.

Quero acima de tudo, manifestar a nossa total solidariedade com o povo ucraniano, com o seu sofrimento, pela tragédia humana que estão a viver e que nós não podemos sequer imaginar, pois só quem vive na 1ª pessoa, quem perde os seus familiares, quem tem que abandonar a sua casa e os seus pertences e se sente numa total incerteza e insegurança, poderá saber o que estão a viver milhões de ucranianos que hoje sofrem.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO



Vivemos numa época da história da humanidade em que não deviam existir nem a guerra nem a fome!

O 2º acontecimento que pode levar à tempestade perfeita, é a inflação que já se fazia sentir e que irá agora entrar numa escalada de subida dos preços de energia e das matérias primas em geral, como os metais ou os cereais para alimentação humana e animal.

A inflação terá como consequência que todos nós iremos empobrecer e perder poder de compra.

A somar a esta subida da taxa de inflação poderá vir ainda um aumento das taxas de juro com as consequências para o país e para as famílias que já todos conhecemos.

O 3º acontecimento é a seca que assola o território europeu, temos 90% do nosso país em seca severa ou extrema, sendo que o nosso Concelho é um dos mais afetados.

Temos muitos produtores agrícolas, pecuários e florestais, que precisam de apoios urgentes para mitigar os efeitos catastróficos desta seca.

Estima-se que este ano, a produção de cereais possa cair entre 40% a 50% por cento.

Não há pastos para o gado, as colheitas estão perdidas ou serão drasticamente reduzidas.

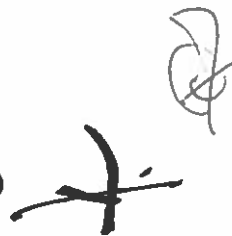
Além dos apoios urgentes que se impõem, por parte do governo, peço também ao senhor Presidente da Câmara Municipal, que junto do Governo, faça sentir, a necessidade de preparar os nossos agricultores para o futuro, uma vez, que a subida das temperaturas e a redução da precipitação são previsíveis.

São necessários, por exemplo, apoios à criação de pontos de captação e retenção de água, como charcas e outras formas que possam minimizar este problema em anos futuros.

Desejo que esta assembleia possa ser profícua e que daqui possam sair ideias e soluções para o nosso concelho e para a melhoria da qualidade de vida das nossas gentes.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO



Agradeço a atenção que me dispensaram e o respeito com que me ouviram expor algumas ideias que quis partilhar convosco.

Esperamos todos que na próxima sessão, a guerra na Ucrânia seja já passado.

Muito obrigada!

**Daniel António Guerreiro Almeida (PS)** - Não sobram dúvidas que as alterações climáticas são dos problemas mais urgentes que o planeta e a humanidade atualmente enfrentam. Tendo nós conhecimento deste fenómeno desde a década de 70, apenas nas últimas décadas se tornou matéria para ação política. Mas sejamos francos, as políticas de mitigação das alterações climáticas têm sido pouco eficazes e ignoram por completo a situação apesar das evidências.

Desde as primeiras convenções, década de 80, que o fenómeno antrópico se tem vindo a agravar, sugerindo que o compromisso neste acordo de bons cavalheiros terá sido permissivo e inócuo. Ora vejamos: subida das temperaturas médias no planeta, acompanhado pela diminuição da pluviosidade, aumento do nível médio do mar, eventos climáticos extremos cada vez mais intensos e frequentes, secas, incêndios, perda de biodiversidade e erosão dos solos – estes são alguns dos acontecimentos que se multiplicaram nas últimas décadas.

Não podemos negar também que um dos principais responsáveis destes fenómenos é o consumo de energias fósseis. Por isso, 1 dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, a Agenda 2030, que não é mais do que “Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas”. Ou seja, alcançar este objetivo pressupõe descarbonizar a nossa economia e alterar por completo a nossa relação com a energia. E se meios tradicionais de produzir e consumir energia induzem impactos nas alterações climáticas, outros impactos se estendem diretamente aos cidadãos: o aumento do seu custo que os impossibilita de aquecer ou arrefecer as suas casas, deslocarem-se tanto, perder qualidade de vida; estendem-se também diretamente para as empresas, aumentando o custo de produção de bens e tornando-se menos competitivos; olhe-se para estes fatores e a sua implicação na geopolítica mundial que tem resultado em terror e miséria na Ucrânia.

E nós, se parássemos de fingir? Castelo Branco não foge ao padrão, muito pelo contrário, está gravemente sujeito a estes riscos. Urge estabelecer uma estratégia consistente e eficaz,





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

sinérgica e integrada e, suficientemente abrangente para mitigar os efeitos nocivos das nossas atividades. É inadiável fazer essa adaptação, devemos tomar lugar nesta revolução sem cinismos.

Mas para enfrentar este desafio requer-se um esforço coletivo e um exemplo a seguir. Em 2016, o Município de Castelo Branco estabeleceu uma Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas, registando que, e cito, “A necessidade de intervenção face às alterações climáticas no sentido da adaptação local é fundamental, e é encarada na esfera municipal como matéria prioritária, pela inevitabilidade dos seus impactos” (p.11). Entre os seus vários objetivos, verifica-se que até agora, 7 anos volvidos, implica-se ainda começar a trilhar o percurso.

Recomeçar porque 7 anos depois, continuamos com modelos pouco otimizados e com fraca capacidade de intervenção na gestão dos recursos hídricos e na gestão florestal, continuamos sem uma política de mobilidade sustentável, sem comunicação pública e sem cooperação com as restantes instituições, isto significa, a necessidade uma política de ordenamento do território, energia e ação climática atual e condicente com os desafios que devemos explorar e solucionar.

Uma vez mais, se para isto implica-se um esforço coletivo, a Câmara Municipal de Castelo Branco terá que ser o ator-chave e o melhor exemplo a seguir. E exemplo poderá começar pela adaptação energética da Câmara Municipal e reduzir custos, que nunca foram tão altos e estar mais preparada para o futuro que olha para nós.

É agora ou nunca, temos que estar à altura das nossas responsabilidades.

**João Filipe Dias Ribeiro (CHEGA)** - Como é do conhecimento de todos, o nosso concelho tem perdido população, e ainda de forma mais acentuada mão-de-obra, pois para além das pessoas que chegam ao final da sua carreira contributiva deixamos de ter também, aqueles que saem ainda em idade ativa para trabalhar em outros territórios.

Assistimos recentemente, a uma das empresas com mais colaboradores do concelho, anunciar que terá de deslocalizar algumas linhas de montagens porque não tinham pessoas para trabalhar.

Na opinião do CHEGA, o Interior e o nosso Concelho de Castelo Branco em especial, tem que encarar este problema como uma prioridade. Será a regionalização uma solução? Do nosso ponto de vista não, olhemos para o caso da CCDR Centro, onde está a sede? Coimbra... aliás as CCDR's dividiram o país na horizontal quando as grandes assimetrias estão à esquerda da Nacional 2 e a Direita da Nacional 2, curiosamente a Nacional 2 separa as duas realidades do país.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Dizemos com frequência que queremos fixar pessoas no interior, mas será que lhes damos um serviço de saúde de qualidade, de educação, transportes públicos? Aliás, este último, o valor que uma pessoa paga em Lisboa para fazer toda a zona metropolitana durante um mês, daria para dar uma volta ao nosso concelho de autocarro, num só um dia.

O CHEGA também não é a favor de soluções “milagrosas”, como por exemplo, recorrer a emigração em massa descontrolada, principalmente quando esta vêm de origens com culturas, valores e morais muito distintas das nossas, diria mesmo contrárias às nossas.

Uma política de fixação de população e de aumento da mesma não terá resultados ao final de um, dois, ou cinco anos, mas ao final de décadas. Aliás, foram as más políticas das últimas décadas que nos trouxeram a este ponto.

A questão que se coloca é: o que está o nosso município a fazer para combater este flagelo?

São medidas avulso? Será que faria sentido termos uma vereação específica para esta problemática?

Uma coisa é certa, o tempo não para e se começássemos ontem já era tarde.

Bem-Haja

**Adelina Maria Machado Martins (PSD/CDS-PP/PPM)** – É por demais evidente que com a baixa pluviosidade ocorrida neste inverno, todo o país se encontra numa situação de seca meteorológica.

Segundo o Instituto Português do Mar e da Atmosfera, a situação de seca meteorológica que se iniciou em novembro de 2021 agravou-se significativamente em janeiro de 2022, evidenciando uma situação de seca meteorológica severa para o distrito de Castelo Branco, sendo que desde novembro até 15 de fevereiro a precipitação total no nosso distrito foi de cerca de 117 litros/m<sup>2</sup>, valor manifestamente insignificante para o período considerado.

A situação de seca meteorológica, lamentavelmente devido às alterações climáticas tem sido e certamente será uma situação cada vez mais frequente pelo que a nossa região, precisa de atempadamente se preparar para esta nova realidade.

É neste contexto, Senhor Presidente que os eleitos pela coligação PSD/CDS/PPM desta Assembleia Municipal, entendem que é urgente que o Município de Castelo Branco prepare e apresente aos albicastrenses uma proposta de estratégia a médio/longo prazo que contribua para mitigar os efeitos da seca e que motive, envolva e incentive a participação e colaboração de todos os albicastrenses.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

No momento atual Castelo Branco já se encontra numa situação seca severa e somos uma região onde o setor primário é deveras importante.

Os produtos agrícolas, pecuários e florestais enfrentam já inúmeras dificuldades, identificadas e debatidas na reunião realizada no passado dia 8 do corrente.

Nessa reunião, as organizações representativas do setor face às dificuldades com que os produtores se debatem, elencaram um conjunto de medidas de política de carácter estrutural que pretendem ver implementadas na região e de que todos tivemos conhecimento através da comunicação social.

Tendo o Governo já anunciado um conjunto de medidas de índole nacional, colocamos à consideração do Senhor Presidente do Município de Castelo Branco, as seguintes questões:

1. O Município de Castelo Branco dispõe ou tem em preparação alguma proposta para um plano de contingência para a situação de seca hidrológica a médio longo prazo, que inclua medidas de carácter estrutural?
2. Complementarmente às medidas anunciadas pelo Governo, quais são as medidas de carácter conjuntural que estão previstas pelo Município para mitigar os efeitos imediatos da seca em áreas tão importantes como:
  - . A quantidade e qualidade da água para consumo humano?
  - . Como evitar o desperdício de água no concelho?
  - . Qual a resposta, qual o apoio que o Município irá dar às medidas solicitadas pelos representantes do setor primário?

Termino, esta intervenção reiterando a importância que o setor primário tem no concelho de Castelo Branco, que vai muito além da mera produção de alimentos, já que ao criar emprego direto e indireto cria condições de combate o despovoamento, contribuindo assim de forma determinante para a sustentabilidade económica e ambiental do nosso território.

Muito obrigada.

Tenho dito.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

**Maria José Sobreira Rafael (S-MI)** - No documento coordenado por Rogério Colaço, presidente do Instituto Superior Técnico pode ler-se “É altura, a partir de meados de fevereiro, de preparar o pós-covid-19 em Portugal...”.

O contágio do novo coronavírus teve um impacto profundo nas nossas vidas. Para além da saúde, afetou ainda a mobilidade dos cidadãos, promovendo o isolamento quer entre localidades como mesmo na própria localidade.

Mesmo no tão desejado cenário perfeito, sem Covid-19, continua a haver um fator central a retrair as pessoas – o medo.

Um sinal importante que temos que dar é de que o concelho não pode parar e de que há vida depois do COVID-19 (...) uma vez que a atividade económica, social e lúdica deve continuar.

A “vida após a COVID-19” será “vida com COVID-19”, porque veio para ficar, e por isso a necessidade de reconstruir antigos hábitos a longo prazo, baseados numa nova abordagem para os espaços urbanos que leve mais em conta as diferentes necessidades, mudando de uma lógica de mobilidade para uma de acessibilidade a amenidades e serviços básicos. Conceitos chave como os de “economia circular”, “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”, “Urbanismo tático” “Freguesias mais abertas à comunidade” e “Sociabilidade” podem ajudar a alcançar uma melhor qualidade de vida ao mesmo tempo que são preservadas a produtividade, a inclusão social e o meio ambiente.

O Município pode intervir já, para alcançar melhor. Promover mecanismos que permitam a Castelo Branco e suas freguesias voltarem à dita “normalidade”, propiciando sobretudo a inclusão social, o desporto, o lazer, as nossas tradições que, de alguma forma, poderão tornar os munícipes mais saudáveis, mais felizes, sentindo-se membros ativos na sua comunidade.

Para isso é importante que seja reforçado o apoio às Associações e IPSS. É essencial o apoio a Associações Culturais e Recreativas de forma a voltarmos, por exemplo, às festas de bairro, tão populares na nossa cidade, e de outras iniciativas que dinamizam o Concelho, movimentam os munícipes, promovem a sociabilização que tanta falta nos fez nos últimos anos, promovendo, assim, o sentido de comunidade. É necessário aumentar a participação da cidadania no concelho, dotando as associações culturais e recreativas locais de capacidade para o desenvolvimento de um plano de atividades focado na criação, produção e divulgação cultural.

É necessário apoiar as IPSS.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

No respeitante ao apoio ao setor social e solidário o SEMPRE considera que deve ser outra das prioridades do Município. Revitalizar as atividades dos mais idosos, ajudar os mais carenciados que sofreram economicamente e socialmente com os efeitos da covid, ou outros. Abrir as portas destas instituições de forma responsável com os condicionalismos necessários para que, aprendendo com o passado, nos permita nos próximos tempos viver com a covid de forma sustentada.

Resumindo, um apoio que, no setor social, vá ao encontro das necessárias respostas sociais para idosos e pessoas mais carenciadas, que durante a pandemia foram especialmente afetadas.

Reconhecendo o inegável papel das entidades do setor social e solidário, para além da faceta social, o apoio financeiro poderá ser uma alavanca com o propósito de incentivar e apoiar a sustentabilidade económica e financeira destas Instituições.

Estas entidades têm assumido uma posição de enorme preponderância no estabelecimento e desenvolvimento de um conjunto de respostas sociais, atuando nos mais diversos níveis, e por isso, merecem a nossa atenção.

É preciso apoiar as Freguesias.

Não podemos esquecer as Freguesias. O SEMPRE considera que é igualmente importante o reforço do apoio às mesmas. Um reforço “uniformizador e proficiente de equidade e transparência”, que pretenda contribuir para a prestação do serviço público às respetivas populações por parte das Freguesias e das Uniões de Freguesias, entidades que têm uma especial relação de proximidade com os habitantes locais o que lhes confere uma posição privilegiada. Revitalizar as iniciativas que fazem parte da tradição, como as feiras, de cada uma das freguesias e do concelho em geral é fundamental. A promoção do desenvolvimento cultural, recreativo, artístico, social, educativo, desportivo e o apoio a iniciativas que promovam atividades de interesse municipal, é tornar o concelho mais atrativo e mais preparado para o pós-covid revitalizando o turismo na nossa comunidade.

Obrigada pela atenção.

**Carla Sofia Massano Lopes de Carvalho (PS)** – Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e na sua pessoa cumprimento todos os presentes e todos que nos acompanham pela via digital.

Segundo o seu Conselho Coordenador, os IPs estão presentes em cerca de 40% dos concelhos do país. A atração de estudantes, para estes territórios tem permitido o rejuvenescimento



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO



da população residente, a densificação da capacidade científica territorial, dos sistemas regionais de inovação, da capacitação e qualificação da população, a atração de empresas, a criação de empregos, na sua larga maioria qualificados, tornando os próprios territórios mais competitivos e internacionalizados.

No nosso território, tempos houve em que o IPCB se afirmou por estas vias, pela inovação, pela forte sedução de estudantes, pelo investimento inovador, liderado por distintas individualidades que percecionaram a sua importância vital no desenvolvimento deste território deprimido e que vestiram a camisola da sua missão, com elevado e reconhecido prestígio.

Mas ao longo dos seus 40 anos de existência, no que ao IPCB diz respeito, nem tudo são rosas.

Na tentativa de permitir a sobrevivência de alguns atores políticos, o IPCB deixou-se bloquear por um entrenchamento político. A infeliz proposta da sua reestruturação, com fusão e extinção de escolas, cujo principal objetivo se orientou para uma estratégia de encerramento da sede da Escola Superior de Gestão de Idanha, retirando-lhe a autonomia administrativa, científica e pedagógica, com envolvimento institucional dos dois ex-presidentes da Câmara e membros do Conselho Geral do IPCB, expôs a instituição a uma mistura entre a política e o seu papel académico, adverso e contraditório com a sua também missão de coesão territorial.

Por outro lado, e inexplicavelmente, mas relevante, ao mesmo tempo que se insistia nesta tentativa de aniquilar a Escola Superior de Gestão de Idanha, o ex-presidente Luís Correia e membro do Conselho Geral do IPCB, em setembro de 2020, no congresso distrital do PS assumia, numa intervenção relativamente à missão da UBI, uma posição no sentido inverso, na qual defendia, que a mesma Universidade se devia descentralizar para territórios como os concelhos de Penamacor ou Sertã.

Numa sequência de episódios conhecidos por todos e que o tempo nesta Assembleia não permite pormenorizar, ficou evidente que as energias despendidas ao longo deste processo retirou a capacidade da instituição IPCB, em prosseguir aquilo que devia constituir a sua missão: atrair estudantes, manter condições físicas de normal funcionamento das suas escolas, perspetivar e realizar novos e urgentes investimentos.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Nada disto aconteceu. Contrariamente ao que se divulga, o orçamento foi gerido não cumprindo estas premissas: O IPCB hoje, em número de alunos perde para todos os outros IPs.

Perdeu para a Guarda, para Bragança, para Beja, para Coimbra, para Setúbal, para Santarém, até para Portalegre, entre outros. Nesta estatística, só Tomar é que esta abaixo do IPCB, o que é verdadeiramente ameaçador de um declínio que não pode protagonizar. Competir então neste aspeto da atratividade de estudantes, como em tempos idos, com algumas universidades é hoje uma miragem. E não foi por falta de aviso de individualidades avalizadas. Não foi por falta de discussão pública de distintos conselheiros.

Neste tempo de desesperança e que culminou, como também é sabido, com a não homologação, se quiserem, ao chumbo superior desta estratégia por parte do Sr. Ministro da Ciência e Ensino Superior, fica provado de que este caminho se esgotou e lembra-nos que insistir num confronto institucional com a tutela é levar à boca um sabor azedo de uma embalagem fora de prazo.

Mas também é tempo de futuro. Há eleições próximas no IPCB. Uma nova oportunidade.

Impõe-se um novo ciclo. Impõe-se o futuro desafiante. Exige-se futuro ao IPCB. Exige-se inovação. Exige-se capacidade. Exige-se que esteja à altura das suas potencialidades como força dinamizadora do nosso desenvolvimento regional.

**Miguel Gregório Barroso (PSD/CDS-PP/PPM)** – Senhor Deputado Municipal, Pedro Crisóstomo permita-me que faça uma referência direta à sua intervenção. Na parte inicial referiu e muito bem, a meu ver, que de facto este Governo pelas circunstâncias tem todas as condições para poder imprimir ao país políticas de discriminação positiva que permitam ao interior desenvolver-se e ser mais competitivo. De facto, isso deve acontecer não necessariamente para beneficiar o interior em relação ao litoral, mas na minha perspetiva para fazer justiça porque no interior há um conjunto de políticas que os governos têm implementado e que beneficia o litoral em relação ao interior e, portanto, a balança está desequilibrada e de facto é preciso dotar o interior das mesmas oportunidades que são dadas sistematicamente ao litoral.

Mas, permita-me também fazer uma referência em relação a uma proposta concreta que fez porque a certa altura dizia na sua intervenção que é importante, entre essas medidas de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

discriminação positiva minorar para o interior a taxa de IRS e, de facto, não posso deixar de demonstrar alguma estranheza porque ainda há poucos meses, no final do ano anterior debatemos aqui na Assembleia Municipal de Castelo Branco uma proposta que previa justamente que o Município de Castelo Branco pudesse devolver aos albicastrenses 2,5% do IRS. Trata-se justamente de uma medida de discriminação positiva, essa não ao alcance do Governo Central, mas ao nosso alcance e, portanto, com um impacto imediato e que traz na prática uma devolução de impostos que são pagos e que são tantos pagos pelos albicastrenses, mas nesse momento, essa proposta que o PSD tem apresentado de forma firme ao longo de tantos anos e que encontrou agora também acolhimento do lado do PS e da Câmara Municipal, não deixa de ser curioso, portanto, que nesse momento o S-MI tenha optado por afastar-se dessas medidas que beneficia o interior, no caso concreto, o concelho de Castelo Branco, procurando a abstenção. De facto, há aqui, das duas uma, ou uma contradição da parte do S-MI, ou por outro lado, uma mudança de opinião.

Em que é que ficamos?

Bem haja.

**Pedro Luís Ribeiro Crisóstomo (S-MI)** – Antes de mais fico extremamente agradado de saber que o Senhor Deputado Miguel Barroso tomou a devida atenção à minha intervenção, pensava que ninguém me estava a ouvir.

Terá oportunidade de ler na ata, na primeira intervenção que fiz, que o S-MI não era contra a descida do IRS, era sim, contra o facto dessa descida do IRS onerar o orçamento municipal e foi isso que dissemos. Tanto assim foi que nos abstivemos justamente e as minhas palavras foram largamente repetidas para permitir que essa medida fosse aprovada.

Se o Senhor Deputado tiver a oportunidade de ler as minhas palavras, verá que foi exatamente aquilo que disse, mas agradeço imenso as suas palavras.

**Ana Cristina Marques Lourenço (S-MI)** - Assistimos recentemente, no conforto das nossas casas, a feitos simplesmente extraordinários que nos encheram a todos de um orgulho imenso.

*Albigym* e Rodrigo Lourenço são apenas alguns dos nomes que mais recentemente colocaram Castelo Branco no panorama nacional nas áreas da Música e do Desporto.

Mas existem muitos outros, que agora e num passado recente, também o fizeram.





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Mas para nos permitirmos a nós próprios usufruir deste cenário mediático de contemplação a um concelho situado no interior centro de Portugal, muitas vezes esquecido pelo jardim à beira mar plantado, é necessário retroceder a políticas passadas.

Foi a política do passado, de proximidade e de apoio a associações e clubes, que permitiu que albicastrenses lutadores, resilientes e dedicados na sua paixão, ultrapassassem obstáculos logísticos e monetários elevando, com o seu trabalho, o nome de Castelo Branco a níveis nacionais.

Foi o apoio fundamental aos Agrupamentos de Escolas, Conservatório e tantos outros, que permitiu um reforço da comunidade nas camadas mais jovens, permitindo-os aproveitar as oportunidades, fortalecendo ao mesmo tempo a sua autoestima, possibilitando-os alcançar novas conquistas.

Estamos agora a colher os frutos dessa visão e incentivo.

Atualmente assistimos à ausência de apoio a coletividades e associações, que se refletem negativamente nos bairros e cidade em geral.

Atrever-me-ia até a dizer que se refletem negativamente na vida e na energia dos albicastrenses.

Sabemos que são os pais, e até mesmo professores, treinadores e familiares que suportam as inúmeras despesas de deslocação e participação dos seus filhos, alunos ou amigos em campeonatos das mais diversas modalidades ou iniciativas ligadas à sua área de eleição, e que abdicam do seu tempo, investem o seu orçamento, a fim de cumprir os seus desejos e ambições.

Esta falta de incentivo refletiu-se também, a título de exemplo, na ausência de decorações natalícias nas rotundas da cidade, apreciadas por tantos e com tanto significado para moradores e visitantes.

A falta de apoio é uma realidade, de que outra forma poderemos entender porque foi negada às nossas crianças a possibilidade de usufruírem de um Desfile de Carnaval, à semelhança de tantos outros concelhos? Incompreensível para não dizer outra coisa, especialmente agora que o levantamento de restrições é uma realidade, e não um impedimento.

Reafirmamos, pois, na linha das nossas intervenções anteriores, que o Município tem por obrigação apoiar, incentivar e estimular as associações, coletividades, organizações e demais instituições do concelho, fortalecendo e dinamizando toda uma comunidade, atribuindo-lhe o lugar que merece e incentivando todos a ter o seu papel, fundamental para o caminho que se pretende.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Este é o momento para incrementar esse apoio!

Para terminar, constatámos que foi distribuído pelos alunos das escolas de Castelo Branco, um bilhete familiar para acesso gratuito ao Museu Cargaleiro válido para 2 adultos e 2 crianças.

Registamos assim, que a intervenção do SEMPRE na última Assembleia Municipal sobre a oferta de bilhetes para o circo ser na realidade um encargo adicional para as famílias, permitiu alargar a gratuidade no acesso a todos os membros da família.

Obrigada.

**Christelle Varanda Domingos (PS)** - Num momento tão difícil da história mundial, as minhas primeiras palavras são de solidariedade para com todos aqueles que sofrem sob a barbaridade de uma guerra. As ondas gigantes de sofrimento que esta guerra causa e causará são inimagináveis.

Não obstante, e sempre com o pensamento na Ucrânia, quero nesta minha intervenção falar sobre educação, um pouco à luz dos ensinamentos que Mandela nos deixou “a educação e o ensino, são as mais poderosas armas que podemos usar para mudar o mundo”.

O abandono e o insucesso escolar são realidades preocupantes não só aqui como em todo o país, especialmente em crianças em risco de exclusão económica e social. É por isso que a aposta na educação e em novas abordagens, passam pelo cruzamento da educação e cultura, devendo esta aposta traduzir-se em ações inovadoras de estímulo à aprendizagem, e que levam a comunidade escolar a conhecer as ofertas e o património cultural e histórico de Castelo Branco.

E foi com base nestes propósitos que o Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar- PIICIE 2.0 se desenhou.

Este projeto que deu início no dia 10 de janeiro de 2022 visa contribuir para um melhor resultado académico, valorizando as aprendizagens fora do contexto de sala de aula de todas as crianças e jovens do concelho de Castelo Branco.

O Plano tem como objetivo, envolver toda a comunidade educativa, recorrendo a um conjunto de ações e atividades concertadas, tendo por base uma intervenção conjunta entre Município, Agrupamentos, Associações, Famílias e Comunidade.

É neste sentido que temos assistido à aposta que este Executivo, através da criação dos Serviços Educativos, tem em estabelecer novos compromissos para a construção de uma dinâmica educativa municipal ainda mais forte e coesa, indo ao encontro das necessidades reais dos munícipes.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

A criação e a centralidade dos Serviços Educativos vêm fortalecer e consolidar os princípios e os propósitos da Educação e da Cultura, promovendo uma política de educação inovadora e envolvendo, de forma articulada e integrada, os diversos espaços e equipamentos municipais.

Academia de pais, oficinas de teatro, coro infantil, “Caça à obra de Arte”, exposição dos cabeçudos, são apenas algumas das atividades já dinamizadas e disponíveis a toda a comunidade escolar do nosso concelho.

A Autarquia deve orgulhar-se e continuar a promover um trabalho conjunto, onde todos se encontram imbuídos do mesmo espírito e onde todos possamos trabalhar em verdadeira harmonia, contribuindo para o mesmo fim, um futuro de maior qualidade para os nossos jovens.

Senhor Presidente da Câmara, Professor Leopoldo Rodrigues.

Esperamos continuar a assistir aos seus esforços e ao da sua equipa, no investimento na educação enquanto pilar fundamental do desenvolvimento humano e determinante para o futuro das famílias albicastrenses e sabendo que a estratégia de incentivo a que novas famílias se fixem no nosso território, passa também pela promoção de um ensino de qualidade.

Bem-haja!

**Francisco Manuel Pombo Lopes (PS)** – Não posso deixar de iniciar a minha intervenção por falar numa sombra que assombra a Europa que neste momento vai contrariamente a tudo aquilo que foi a evolução da Europa após guerra e que os efeitos ainda são hoje desconhecidos. Não posso deixar de mostrar a minha solidariedade com o povo ucraniano, não posso deixar de mostrar a solidariedade com todos os cidadãos europeus que primam pelo princípio da humanidade, primam pelo princípio da vida humana e primam pelo desenvolvimento que a União Europeia sempre preconizou como símbolo da paz e mecanismo para a paz.

É hoje em plena Europa do século XXI que nos vimos confrontados com uma situação atípica, com uma situação autoritária, uma situação de guerra, morte, problemas sociais e económicos que não sabemos muito bem à data quando vão parar e, cujos, efeitos económicos e sociais vão despoletar por esta Europa fora.

É importante referir que uma das preocupações que até já aqui manifestamos pelo povo ucraniano a nossa solidariedade por todos aqueles que comungam dos princípios humanistas, que comungam pelos princípios da vida humana e da dignidade humana.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Por outro lado, falaram aqui há pouco que tínhamos entrado num período pós-Covid, mas já estamos no período de guerra europeia. Temos uma guerra na Europa que vai afetar e muito as dinâmicas sociais e vai afetar a economia europeia e vai afetar todas as populações dos Estados Membros Europeus dos quais Portugal não é exceção como parte integrante desta Europa e numa parte integrante da União Europeia. Portanto, estamos num ano atípico, num período que foi marcado por uma pandemia e estamos agora num período de guerra que quer queiramos, quer não, vai-nos afetar direta ou indiretamente e vai-nos afetar a todos a vários níveis.

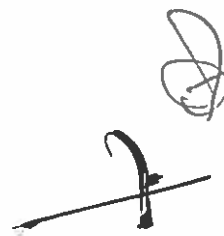
Por outro lado, falou-se aqui também do necessário apoio às coletividades/associações. Há que ter em conta que estão a ser criados mecanismos para tal. Há que ter em conta que o município ainda recentemente tomou posse e há que ter em conta também que a atribuição de apoios está calendarizada no tempo, portanto, há que ter em conta, dar o tempo a seu tempo e ninguém aqui nunca ouviu falar que o Município não continue a apoiar essas instituições.

Nunca ninguém aqui ouviu falar que o município não tenha atenção por essas associações e o município continuará a ter como parceiro, essas associações nas diversas atividades, portanto, essa é uma falsa questão e não poderá ser encarada como uma bandeira de qualquer movimento porque é uma bandeira de todos os municípios.

Por outro lado, queria aproveitar também a minha intervenção por falar sobre uma exposição que está patente no Museu Francisco Tavares Proença Júnior que pelo seu relevo cultural merece aqui um destaque. Trata-se da exposição Nadir Afonso e a “figura humana”. Desde 5 de fevereiro até ao próximo dia 30 de abril encontra-se patente no Museu Tavares Proença Júnior, em Castelo Branco, a exposição Nadir Afonso, “Figura Humana”. Nadir Afonso diplomou-se em Arquitetura na Escola Superior de Belas Artes, no Porto, em 1946, estudou pintura na Escola das Belas Artes de Paris, obtendo por intermédio de Portinari uma bolsa de estudo do governo francês. Em 1948 e novamente em 1951 foi colaborador do Arquiteto Le Corbusier. De 1952 a 1954 trabalha no Brasil com o arquiteto Óscar Niemeyer. Artista Plástico o arquiteto pensador, um dos maiores vultos da arte contemporânea portuguesa, incontornável representante da corrente vanguardista do princípio do Século XX, tem patente alguma das suas obras menos conhecidas que vai muito além da série cidades que é a obra mais conhecida do artista e que na inauguração a 5 de fevereiro, contou com um momento musical do Grupo Kaléidoscope, Trio da ESART de Castelo Branco e nesta exposição podemos ver várias facetas menos conhecidas do artista que tem vários conjuntos de telas, guaches,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO



num total de 91 obras, onde prevalece a figura feminina. O trabalho de Nadir Afonso marca diferentes períodos cronológicos, a exposição teve até à presente data acima de 750 visitantes, destacando-se as visitas de estudantes, bem como, atividades com crianças na “Caça à Obra de Arte”, teve lugar no jardim do Paço em que participaram cerca de 50 crianças. No âmbito da obra será também apresentado o “Homem Infinito”, do albicastrense Guilherme Pires, uma obra que será apresentada em abril, tratando-se de uma Biografia de Nadir Afonso, bem como, a realização de uma palestra sobre Nadir Afonso pelo Prof. Dr. Ricardo Silva.

Em tempos de guerra a cultura é essencial para unir os povos.

**Armando Lopes Ramalho (S-MI)** – Assistimos a uma intervenção do PS acerca do IPCB que em muito me apraz a preocupação do PS, no entanto, e até porque sendo uma instituição que conheço muito bem, na qual trabalho e tenho a honra de defender, apraz-me verificar que houve de facto algumas imprecisões nas intervenções do PS. E se me permitem passo a referir, o IPCB nos últimos anos cresceu em 600 alunos. É importante referir que uma das preocupações que até já aqui manifestamos se prende com a grande afluência de estudantes internacionais ao nosso instituto e que no nosso concelho temos tido dificuldade em promover o seu alojamento. Neste momento, por vezes alguns dos entraves que temos, prende-se com essa questão.

Mais ainda, é importante referir que o Instituto Politécnico de Castelo Branco tem os seus Órgãos eleitos de acordo com os mesmos Regulamentos acerca 15 anos. Os Regulamentos que nos regem e que fazem com que os novos estatutos estejam a ser cumpridos integralmente, são os mesmos que há 15 anos, permitiram outros Conselhos Gerais, o respeito pelos Estatutos do Instituto, neste momento é algo que não nos preocupa. Houve tempos em que as decisões do Instituto Politécnico, há muitos anos atrás não cumpriam os Estatutos. Aí sim, era um motivo de grande preocupação institucional. Neste momento, os estatutos a ser cumpridos no Instituto Politécnico de Castelo Branco, é óbvio que não agrada a todos, mas está a ser cumprido a democracia dentro do Instituto Politécnico de Castelo Branco.

Para terminar, as revisões estatutárias que estão em curso não se podem resumir a um encerramento, ou uma abertura, a uma diminuição de autonomia das escolas, são muito mais abrangentes do que isso, dos quais, esse assunto tem sido um jargão político.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

**José Dias dos Santos Pires (Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Branco)** – Tal como o orador anterior, também tenho a minha vida profissional, última e longa feita no Instituto Politécnico e, portanto, como todos sabem, tenho sobre aquela Instituição um conhecimento profundo e alguma preocupação também e sinto que é importante aquilo que aconteceu aqui hoje, trazer para a discussão pública aquilo que não pode ficar entre paredes das instituições. O Instituto Politécnico não é, nem pode ser uma estrutura virada para si mesma. É uma estrutura Comunitária e, portanto, tudo aquilo que implique ou que deve implicar as grandes transformações pensadas estrategicamente para o Instituto devem ser debatidas, preparadas, consultadas, enriquecidas dentro da própria comunidade. Foi infelizmente esse aspeto que não aconteceu que não tem acontecido nos últimos tempos em relação a esta Instituição, mas não só em relação a esta, é importante que todos compreendamos que o exercício da cidadania, o exercício efetivo da cidadania que foi aqui referido pela Ana também aqui há pouquinho, é importante que seja feito, seja devolvido institucionalmente por aqueles que têm obrigações comunitárias a todos os membros da Comunidade Albicastrense, refletir sobre o Instituto Politécnico, ter opiniões diferentes, ter opiniões divergentes é muito importante. É muito importante que se perceba de uma vez por todas na comunidade albicastrense que pensar diferente não é necessariamente pensar pior.

Pensar diferente é pensar diferente, mas para se poderem afirmar as verdadeiras transformações, devem ser feitos através de um debate aberto à comunidade, de um debate profundo e, principalmente, de um debate fundamentado. Quando falamos que nestas situações de Pós-Covid, mas também de pré-conflito europeu, devemo-nos preocupar com o apoio às estruturas comunitárias, não só às associações, organizações, instituições comunitárias, todas elas devem estar no mesmo bloco de apoio de preocupação, de intervenção comunitária conjunta entre aqueles que são os responsáveis autárquicos, mas aqueles que também são responsáveis pelas diferentes instituições. Estamos obrigados a dialogar, obrigados a perceber e mais uma vez reforço esta minha ideia porque acho que é muito importante pensar diferente, porque pensar diferente não é necessariamente pensar pior e isto é válido para quem governa, mas é válido também para quem é oposição.

**Carla Sofia Massano Lopes de Carvalho (PS)** – Sobre as imprecisões tinha que vir aqui clarificar porque primeiro, nem me referi à legitimidade dos Órgãos do IPCB. Por acaso, podia fazê-lo, não queria entrar por aí, até houve uma demissão no Conselho Geral e, portanto, a representatividade



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

dos professores no Órgão está digamos que afetada em termos da sua legitimidade, não digo que formalmente, mas em termos da sua legitimidade parece-me que nesse contexto está debilitada.

Relativamente ao número de alunos, tenho aqui os dados da Direção Geral do Ensino Superior e, portanto, não cometi imprecisão nenhuma quando me referi a Guarda, Portalegre, Santarém, se formos ver a percentagem de alunos, a percentagem de ocupação de vagas por exemplo do IPCB de Portalegre, tenho aqui 72,8% para 63,1% de Castelo Branco. Em relação, por exemplo, à Guarda, 72,8% para 63,1% em Castelo Branco. Não vou discriminar todos os Institutos e as percentagens, mas, a partir daqui é tudo de 70 ,80, cerca de 90%, abaixo disto só está mesmo Tomar com uma taxa de ocupação de 59,2%.

Portanto, penso que a minha imprecisão não foi nenhuma.

**Presidente da Assembleia Municipal** – Senhor Deputado, Armando Ramalho, assim não conseguimos acabar o Período de Antes da Ordem do Dia. Qual é a figura regimental que quer utilizar?

Desculpe, mas clarificação não faz parte do Regimento, ou pede esclarecimento porque a clarificação não existe.

Proponho que numa próxima sessão essa questão possa vir a ser esclarecida. Já ultrapassamos o nosso tempo no que diz respeito às intervenções, penso que ficou claro, falaram-se de algumas situações de percentagens, de outros números absolutos e, portanto, penso que isso pode ser um assunto que pode ser esclarecido numa próxima sessão de Assembleia Municipal.

### **Moções**

**Presidente da Assembleia Municipal** – Vamos passar às moções, pergunto ao Senhor Deputado Municipal do S-MI que também fez uma moção relativamente ao apoio à Comunidade Ucrâniana, se quer manter ou se integra na solução da moção que a Mesa vai apresentar à Assembleia Municipal.

Senhora Deputada, pode apresentar a sua moção.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

**Ana Cristina Marques Lourenço (S-MI)** – Relativamente, a esta questão das moções, na realidade são um pouco sobre o mesmo assunto, mas uma fala da questão da condenação e a outra fala sobre ação.

Então a moção que vamos apresentar nesta Assembleia tem como título “Apoio à Comunidade Ucraniana”.

A Guerra aberta e recente, em todo o território Ucraniano, deixou o mundo abalado e em choque, e ainda mais aos Ucranianos espalhados pelo mundo impotentes perante tais atrocidades para com o seu povo.

Em Castelo Branco, a comunidade Ucraniana encontra-se perfeitamente integrada, contribuindo ativamente para a economia da nossa região e para o desenvolvimento do nosso território.

A solidariedade rapidamente manifestada pelos albicastrenses para com o povo ucraniano a residir no concelho, espelha a essência altruísta, dedicada e voluntária dos portugueses e dos albicastrenses refletindo, sem margem para dúvidas, a sua vontade em ajudar.

Nesse sentido, propomos que a Assembleia Municipal de Castelo Branco reunida em sessão ordinária de 28/02/2022, delibere:

1. Recomendar que o Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco, recorrendo aos seus serviços sociais, possa apurar o levantamento das reais necessidades da comunidade ucraniana a residir no território, quer a nível logístico e de aconselhamento jurídico, quer ao nível de ajuda psicológica e de acolhimento aos seus familiares;
2. Que essas medidas sejam divulgadas por todos os meios ao seu dispor, de forma a criar sinergias entre todos os que manifestaram a sua vontade em ajudar, e todos aqueles que necessitam efetivamente de ajuda! Encontrando assim, um local comum de procura e de oferta, de forma a garantir uma mais ágil e eficiente execução e apoio efetivo.

Trata-se de uma situação a que ninguém fica com toda a certeza, indiferente. É uma questão de humanidade e dignidade humana que devemos abraçar, enquanto povo solidário e Nação democrática e respeitadora dos direitos humanos.





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

**Presidente da Assembleia Municipal** – Esta moção é apresentada em nome da Mesa e, obviamente, em nome de quem a quiser subscrever.

A Assembleia Municipal é o fórum, por excelência, da democracia local onde se confrontam ideias, se esgrimem argumentos, se cruzam divergências e se preparam consensos, mas onde deve sempre imperar o respeito e a tolerância.

Não foi o respeito e a tolerância que aconteceram na passada quinta-feira com a invasão da Ucrânia pela Rússia.

A guerra voltou à Europa e pode mesmo dizer-se que estamos a viver dias negros para um continente civilizado e para os defensores da liberdade.

Apesar de a Ucrânia, ser muito longe e de este conflito não nos afetar diretamente, não devemos, nem podemos ficar indiferentes.

Quando um país soberano e independente como a Ucrânia se vê atacado vitimizando alvos civis e atingindo especialmente pessoas inocentes como crianças e mulheres têm que abandonar os seus lares para fugir à morte é motivo suficiente para que a nossa consciência se revolte.

Como referiu, a este propósito, o Papa Francisco:

«Tenho uma grande dor no coração pelo agravamento da situação na Ucrânia. Apesar dos esforços diplomáticos das últimas semanas, estão a abrir-se cenários cada vez mais alarmantes.

Como eu, muitas pessoas em todo o mundo estão a sentir angústia e preocupação.

Uma vez mais a paz de todos é ameaçada por interesses de alguns.

Gostaria de apelar aos responsáveis políticos para que examinem seriamente as suas consciências perante Deus, que é Deus da paz e não da guerra; que é Pai de todos e não apenas de alguns, que quer que sejamos irmãos e não inimigos.

Peço a todas as partes envolvidas para que se abstenham de qualquer ação que possa causar ainda mais sofrimento às populações, desestabilizando a convivência entre as nações e desacreditando o direito internacional.”

Daí que, em nome da Mesa, coloque esta Moção à consideração da Assembleia Municipal.

### **MOÇÃO (Mesa)**

### **“CONDENAÇÃO À INVASÃO DA UCRÂNIA PELA RÚSSIA”**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

A recente e lamentável atitude da Rússia, ao invadir pela força a Ucrânia, constitui uma intolerável violação do direito internacional, com uma estratégia de ataques não só a locais estratégicos, mas também a alvos civis e áreas residenciais.

Os conflitos devem ser resolvidos por via diplomática e com recurso a meios pacíficos.

Deste modo é exigível a imediata retirada das forças militares russas da Ucrânia respeitando a soberania e a independência deste país.

Esta agressão merece o nosso repúdio e deve-nos levar a manifestar a nossa solidariedade para com o povo ucraniano que tem na Comunidade albicastrense alguns cidadãos, perfeitamente integrados e respeitados.

A Assembleia Municipal de Castelo Branco, reunida a 28 de fevereiro de 2022, delibera:

1. Manifestar a solidariedade total para com o povo ucraniano que tem direito à soberania, independência, unidade e integridade territorial do seu país, dentro das suas fronteiras internacionalmente reconhecidas;
2. Concordar e subscrever a mensagem do Primeiro-Ministro português, no sentido de acolher e apoiar os cidadãos ucranianos que pretendam refugiar-se em Portugal;
3. Nessa perspetiva, recomendar à Câmara Municipal de Castelo Branco que aja proativamente e manifeste a sua disponibilidade para receber e apoiar famílias que pretendam vir viver para Portugal;
4. Recomendar ainda, que não sejam esquecidos os cidadãos ucranianos que já residem e trabalham no nosso concelho e que sejam devidamente acompanhados face ao momento delicado que se vive no seu país;
5. Sugerir também, à Câmara Municipal de Castelo Branco que convide oficialmente a Embaixadora da Ucrânia em Portugal para, logo que seja possível, visitar a nossa cidade, numa perspetiva de construir uma relação de solidariedade, de amizade, de colaboração e de parcerias futuras;
6. Guardar um minuto de silêncio, após a aprovação da Moção.
7. Dar conhecimento desta Moção às seguintes entidades:
  - Secretário-Geral da ONU, António Guterres
  - Presidente da República Portuguesa, Marcelo Rebelo de Sousa



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

- Primeiro-ministro de Portugal, António Costa
- Ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva
- Embaixadora da Ucrânia em Portugal, Inna Ohnivets,

**Milene Cristina da Silva Marques Santos (Presidente da Junta de Freguesia de Alcains)** – Vou passar a apresentar a moção sobre o investimento de 1,5 milhões de euros revitaliza Dielmar:

### Moção

#### Investimento de 1,5 milhões de euros revitaliza Dielmar

É por todos, reconhecida a importância histórica da Dielmar no desenvolvimento do Concelho de Castelo Branco, em particular da Vila de Alcains. Esta teve e tem um papel fundamental na dinâmica económica e preservação do bem-estar social dos Alcainenses.

Com a compra da massa insolvente da empresa a nova gestão prevê realizar um investimento de cerca de 1,5 milhões de euros. Mantendo a maioria dos postos de trabalho existentes e modernizando os processos de produção pretende garantir novos clientes, o dinamismo e sustentabilidade da empresa.

Neste momento decorre um processo de formação, promovido pelo IEFPP – Instituto do Emprego e Formação profissional, dos funcionários da Dielmar que permitirá o recomeço da elaboração da empresa, previsível para junho de 2022.

#### Conclusão

- Considerando a importância da Dielmar para o tecido económico do concelho de Castelo Branco, em Particular para o dinamismo da Vila de Alcains, propomos que a Assembleia Municipal aprove o seguinte:

- Reconhecer o papel fundamental do Governo de Portugal na preservação do tecido económico e social do Concelho de Castelo Branco, em particular da Vila de Alcains, através da manutenção da Dielmar, garantindo a maioria dos postos de trabalho e o rendimento dos trabalhadores. Devendo, para o efeito, dar conhecimento da aprovação desta moção ao Governo de Portugal, na pessoa do Primeiro Ministro;



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

- Reconhecer o papel do IIEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional no processo de informação e atualização dos conhecimentos dos trabalhos. Dando conhecimento da aprovação desta moção ao presidente do Conselho Diretivo do IIEFP.

Reconhecer o empenho do gestor de insolvência na resolução das questões relacionadas com o processo da Empresa Dielmar;

- Mandatar o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco de apresentar total disponibilidade e vontade de colaborar, dentro das suas competências, com a administração da empresa que adquiriu os ativos da massa insolvente da Dielmar, em benefício dos Alcaninenses e do Concelho de Castelo Branco.

### Discussão das Moções

**Ernesto Candeias Martins (MPT)** – Vou-me referir, em primeiro lugar, à primeira moção “Condenação à Invasão da Ucrânia pela Rússia”, na nossa perspetiva a Mesa teve o cuidado de incidir em cinco pontos que consideramos realmente fundamentais, repudiar a invasão da Ucrânia e a atitude da Rússia, ou falando da tolerância na justiça que qualquer invasão põe em causa a soberania dos povos e daí, neste caso, da integridade da Ucrânia até mesmo por motivos históricos. Também incidir sobre aquilo que são os cidadãos Ucrainianos no concelho e aqueles que possam vir também e aí o apoio que a Câmara deve dispor já de serviços e disponibilidades de voluntários para assim o fazer, assim como, também um minuto de silêncio que a moção refere e a comunicação às entidades. Portanto, somos a favor dessa moção.

Em relação à segunda moção, quero dizer o seguinte, é verdade que qualquer empresa que desapareça no fraco e debilidade deste território de baixa densidade prejudica não só os trabalhadores em causa, como também as suas famílias, como também impactos colaterais, com outras empresas que lhe possam ser subalternas. Por isso, sou a favor dessa moção por se ter zelado a mão de obra, pela requalificação ou formação profissional e também manter os mecanismos da produção.

Contudo, é um alerta para que a Câmara Municipal tenha um papel mais ativo e proativo, para que se evite os erros cometidos em termos de gestão e por isso mesmo, também não cair novamente em situações que a recente história desta empresa nos tem realmente prejudicado.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Votaremos também a favor essa moção.

**Miguel Gregório Barroso (PSD/CDS-PP/PPM)** – Como é sabido no passado dia 24 de fevereiro de 2022 a Federação Russa de Vladimir Putin invadiu a Ucrânia. Um país soberano, independente, a quem reconhecemos evidentemente direito à autodeterminação e a integridade territorial.

Têm sido verdadeiros dias negros para a Europa e para os defensores da paz e da liberdade, por isso mesmo não podemos deixar de nos associar à moção que foi aqui apresentada pelo PS, da mesma forma que não podemos deixar de condenar firmemente a atuação da Federação Russa que viola de forma clara e grosseira o direito internacional.

Queremos expressar solidariedade para com o estado ucraniano e em especial para com o povo ucraniano. Permitam-me que o faça através da notável Comunidade Ucraniana residente em Portugal e em especial aqui mesmo no concelho de Castelo Branco com quem estabelecemos uma relação de fraternidade.

Por fim, associando-me às palavras da ONU, António Guterres, faço votos que este conflito possa encerrar através de uma solução pacífica, pelo diálogo, diplomacia e para que assim se restabeleça a paz na Europa, esta é evidentemente uma posição simbólica, mas em momentos de guerra, os simbolismos fazem a diferença.

Bem-haja.

**Presidente da Assembleia Municipal** – Com a concordância do S-MI vamos votar só a moção da Mesa.

### **Votação das Moções**

#### **Condenação à Invasão da Ucrânia pela Rússia (Mesa)**

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a moção de “Condenação à Invasão da Ucrânia pela Rússia” apresentada pela Mesa da Assembleia Municipal.

De acordo com o n.º 6 da referida moção, procedeu-se a 1 minuto de silêncio em honra de todas as vítimas e de toda a desgraça que está a acontecer.

#### **Investimento de 1,5 milhões de euros revitaliza Dielmar (PS)**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a moção “Investimento de 1,5 milhões de euros revitaliza Dielmar”, apresentada pelo PS.

**Presidente da Câmara Municipal** – Começo a minha intervenção pela discussão das moções que foram aqui apresentadas aprovadas, por unanimidade.

Também o Executivo da Câmara Municipal de Castelo Branco está atento à situação que se vive na Ucrânia e na sequência disso, enviamos ontem para o Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros, para o Professor Doutor Augusto Santos Silva e também para a Senhora Embaixadora Extraordinária da Ucrânia em Portugal um email que vou passar a ler:

“A atual situação que se vive na Europa, particularmente com o povo da Ucrânia, é muito preocupante. Os problemas políticos, sociais e económicos que emergem do atual conflito reavivam memórias de outros tempos que não queremos voltar a viver na Europa.

Há em Portugal uma comunidade Ucrâniana que sofre e, como sabe, já muito contribuiu para o desenvolvimento do nosso país e da região onde nos situamos. Por isso, entendemos que devemos agir de forma solidária, rápida e consciente face ao sofrimento de um país soberano, delimitado geograficamente, com um presidente eleito democraticamente e que tem realizado esforços de aproximação aos princípios que norteiam a União Europeia na esperança da sua integração.

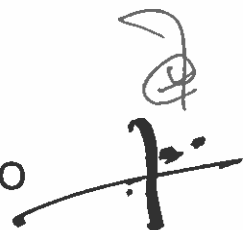
O Município de Castelo Branco vem, junto de V. Exa., manifestar toda a solidariedade com o povo da Ucrânia. Mais, sentimos o dever e a obrigação de informar V. Exa. que o Município de Castelo Branco se encontra totalmente disponível para apoiar eventuais cidadãos Ucrânianos que desejem escolher o nosso país para recuperar a sua vida.

O concelho de Castelo Branco disponibiliza-se para o que V. Exa. entender oportuno e sobretudo, para garantir solidariedade e dignidade aqueles e aquelas que hoje fogem dos horrores de uma guerra que, como qualquer outra, é sempre injusta.”

Além disto estabelecemos contacto com um grupo de investigadores que estão a colaborar, estão também envolvidos no Projeto Fusili, manifestamos a nossa disponibilidade para os acolhermos em Castelo Branco e para que possam junto do CATTa, do CEI e INOVCLUSTER desenvolver a sua atividade enquanto investigadores e neste caso, enquanto investigadores que já participam num projeto conjuntamente com Castelo Branco. Já tivemos resposta desse Grupo de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO



Investigadores e aquilo que nos foi apresentado é que estão dentro do território da Ucrânia, estão em movimento, ou seja, estão a procurar encontrar locais seguros para poderem continuar a viver e continuar a defender o seu país no seu território. De qualquer modo, agradecem a disponibilidade da Câmara Municipal de Castelo Branco para os poder acolher a eles e a eventuais ucranianos que tiveram que se deslocar para Castelo Branco. Portanto, foi esta a ação da Câmara Municipal nos últimos dias no que se refere à Ucrânia e a nossa total disponibilidade para poder acolher cidadãos Ucranianos no nosso território.

Quanto àqueles que já aqui vivem, não temos informação de que necessitem de apoio extraordinário, de algum apoio imediato, estão integrados na nossa sociedade, vivem e trabalham em Castelo Branco e não temos, como disse, nenhuma informação de que precisem de algum apoio extraordinário, ou suplementar. Se esta questão for colocada, obviamente, que a Câmara Municipal estará disponível para responder de acordo com essa necessidade.

Também participaremos e ainda hoje sairá um carro da Câmara Municipal em direção a Cantanhede, participaremos através da Cáritas Interparoquial e também dos Escuteiros, com um conjunto de donativos. Estará a ser organizado em Cantanhede um transporte urgente para a Ucrânia com bens, e, portanto, associamo-nos a isso e vamos facilitar o transporte até ao local onde depois se transformará em transporte internacional levando, como disse, alguns bens que depois serão transportados para a Ucrânia. Portanto, para dar informação a esta Assembleia Municipal e aos cidadãos albicastrenses.

A questão da Dielmar, uma moção importante e aprovada aqui também, por unanimidade. A Dielmar parece estar a retomar alguma normalidade, felizmente que esta empresa tão importante para Castelo Branco e para o nosso país tem uma oportunidade de ter uma segunda via e a verdade tem que ser também dita, para que fosse possível existiram algumas intervenções que foram fundamentais. Em primeiro lugar, a intervenção do Senhor Ministro da Economia e também do Senhor Secretário de Estado da Economia que desde o primeiro momento esteve ativo na procura de uma solução, foram inúmeras as vezes que falei com o Senhor Secretário de Estado acerca deste assunto. Foram inúmeros os momentos em que ele próprio me ligou a dizer qual era o ponto da situação, houve avanços e recuos, mas, caras e caros amigos, a sua ação foi fundamental e se hoje temos a Dielmar com perspectivas de continuar e exercer a sua atividade, muito se deve esta ação dos governantes de Portugal que aqui tiveram um papel fundamental para que isto viesse a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

acontecer. Tenho também que salientar o papel do Administrador de Insolvência que num determinado momento poderia ter tomado uma decisão que inviabilizava a solução que foi encontrada, mas que teve a sensibilidade e, sobretudo, teve a inteligência para dar mais tempo para que as questões que estavam em cima da mesa pudessem vir a ser solucionadas e para que depois a proposta que hoje está em vigor pudesse acabar por vingar e dar resposta a estas necessidades.

Naturalmente que o IEFP esteve desde o primeiro momento envolvido, disponibilizando-se para dar formação, para complementar essa mesma formação, colocando os seus técnicos, os seus formadores e, obviamente, permitindo esta melhoria das competências destes trabalhadores tão importantes para a Dielmar, com tantas competências também adquiridas ao longo da sua vida profissional.

Relativamente, às intervenções que aqui foram feitas, algumas questões que considero importantes também aqui abordar. Agradeço as questões que foram colocadas ao Executivo Municipal.

Começava pela intervenção do Prof. Ernesto Candeias que do meu ponto de vista, teria mais sentido quando na discussão do ponto, referente à Revisão Orçamental. De qualquer modo, há aqui duas ou três coisas que gostaria de responder, nomeadamente, à questão do Plano Energético Eficiente e Eficaz, estamos a trabalhar sobre isso, mais à frente falarei um pouco mais.

Relativamente, aos estágios profissionais em contexto de trabalho, a Câmara Municipal vai acolhendo diferentes alunos, sejam do Instituto Politécnico, das Escolas Profissionais quando solicitados, é raro o dia que o Executivo não autorize a realização de formação prática no contexto de trabalho e as empresas felizmente da nossa região estão muito atentas e muito disponíveis a acolher os nossos estudantes nas suas fileiras, permitindo-lhes experiência profissional neste caso uma simulação de experiência profissional na formação prática em contexto de trabalho.

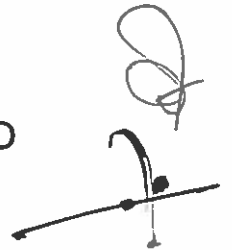
A intervenção do Deputado Municipal, Carlos Antunes que refere aqui ou que alerta aqui para um aspeto extremamente importante e que tem a ver com as obras que decorrem em vários locais do nosso concelho e que se arrastam há muito mais tempo do que aquilo que é desejável.

Este prolongamento das obras tem justificações, é verdade que por causa do Covid-19 resultaram dificuldades em recrutar trabalhadores. É verdade que o Covid trás um problema no presente, mas que será certamente um problema no futuro de aumento quase exponencial do preço das matérias primas e é verdade que o Covid leva a que às outras empresas tivessem diminuído a





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO



sua atividade e por essa razão faltem matérias primas no mercado de trabalho. Referia a falta de calçadas. Tomamos a propósito disso uma decisão que vigorará para o futuro, não haverá enquanto formos Executivo Municipal obras de requalificação de calçadas que desaproveitem a calçada velha. As orientações que demos aos Serviços, seja aos SMAS, seja à Câmara Municipal é que sempre que haja intervenção física em ruas da nossa cidade, ou das nossas freguesias e que haja necessidade de movimentar calçada que seja reaproveitada, exceto no caso de algumas situações já muito antigas de calçada feita de cimento e, portanto, e que essa efetivamente não cumpre os mínimos de qualidade e nesse caso será reconvertida em calçada nova. No que diz respeito à União de Freguesias de Escalos de Baixo e Mata, havia por parte do empreiteiro uma dificuldade em comprar calçada nova. O caderno de encargos contemplava a substituição da calçada velha por calçada nova e a decisão que tomamos foi que fosse utilizada calçada velha e que depois, obviamente, fizesse o acerto de contas de modo a que esta obra decorresse de forma mais célere do que aquilo que decorreria se estivéssemos à espera de calçada nova e, por outro lado, que utilizássemos a pedra antiga, mas que não se desfaz e que não deixa de ter qualidade pelo facto de já ter sido usada.

Reafirmo, como disse, a nossa preocupação relativamente a isso, temos conversado com as empresas responsáveis, temos conversado sobre a importância de cumprir o que está estabelecido nos cadernos de encargos porque somos os primeiros a preocupar-nos com o bem-estar das populações, sobretudo, populações afetadas no decorrer das obras, mas também temos que perceber que não há obra que não cause incómodo, é inevitável, sempre que fazemos obras iremos causar incómodos. Iremos causar incómodos àqueles que habitam nos locais de intervenção, iremos causar incómodos àqueles que precisam de circular nesses locais, mas o que é certo é que determinadas obras se prolongam por mais tempo do que aquele que seria necessário e como lhe disse, Senhor Deputado, temos feito reuniões com os empreiteiros a quem temos sensibilizado para esta necessidade de cumprir aquilo que está contratualizado.

Quanto ao Senhor Deputado, Pedro Crisóstomo, agradeço a forma simpática como colocou as suas questões e a forma positiva como trás também estas questões, aliás é exemplo dos intervenientes anteriores.

Também me interroguei Senhor Deputado acerca da questão que depois foi levantada pelo Deputado Miguel Barroso e, neste caso, concreto relativamente à discriminação positiva. Já



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

conversei consigo algumas vezes e sei o que pensa acerca destas questões, mas surpreendeu-me que venha aqui falar de IRS, no contexto, mas também não vou aprofundar porque o Senhor Deputado Miguel Barroso já fez este esclarecimento.

Quanto à questão da seca, Senhor Deputado, preocupa-nos a todos. Preocupa-nos a seca, as alterações climáticas e a forma como a seca afeta as populações e os agricultores. Já aqui prometi uma discussão sobre estes aspetos. Em devido tempo será feito de modo a que possamos todos e quando digo todos não são apenas aqueles que legitimamente foram eleitos, mas também a sociedade civil para que possamos refletir, estudar e preparar o futuro de Castelo Branco, no que diz respeito à água e à sua utilização.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado, Daniel Almeida, que fala sobre as alterações climáticas, um tema tão presente nos nossos dias e que se reporta precisamente também à questão da seca, à estratégia municipal para as alterações climáticas e à adaptação municipal para reduzir os custos no que respeita à energia, à água e ao gás. São três parcelas do orçamento que têm um peso crescente e impensável há uns tempos atrás. Teremos que agir com rapidez, ao longo dos últimos anos, por exemplo, substituíram-se algumas lâmpadas led na iluminação pública, mas foi uma substituição que decorre somente da iniciativa da REN que tem esse objetivo de substituir as lâmpadas, as existentes e que não são eficientes energeticamente por lâmpadas led.

A Câmara Municipal em breve lançará concurso para substituir todas as lâmpadas de iluminação pública que não sejam led por lâmpadas led. É uma ação que devia ter sido tomada há muito tempo, que não podemos estar à espera que a REN proceda a essa substituição porque o aumento da energia tem sido tão grande e de forma tão inesperada que temos rapidamente de agir sobre este aspeto, o mesmo se passa relativamente aos muitos edifícios que são pertença da Câmara Municipal de Castelo Branco e nos quais a Câmara Municipal de Castelo Branco paga a energia. É também urgente a implementação e a instalação de painéis solares que possam reduzir o custo da fatura de energia nesses equipamentos, por exemplo, das escolas, da Escola Amato Lusitano, Escola N'Álvares, Escola Afonso de Paiva, da própria Câmara Municipal e de todas as infraestruturas do universo da Câmara Municipal onde temos que tomar medidas rápidas, urgentes e que visem, em primeiro lugar, a sustentabilidade ambiental e em segundo lugar, a sustentabilidade financeira do Executivo e da Câmara Municipal.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

O Deputado João Dias Ribeiro, do CHEGA, fala-nos sobre a perda da população, da falta de mão de obra e dos efeitos que isso tem sobre o nosso território. Durante a nossa campanha eleitoral, o PS teve oportunidade de apresentar medidas concretas e objetivas para tentar inverter a diminuição da população e tentar fixar essa mesma população. Não são medidas milagrosas, nem temos a validade de pensar que com a sua aplicação invertemos um processo que é longo e contínuo e que não se reporta apenas ao território de Castelo Branco. É um processo que abrange o processo de envelhecimento da população, da diminuição da população e da diminuição da mão de obra, é um processo que abrange Castelo Branco, mas também a Guarda, Bragança, Vila Real e também temos que ser claros, os territórios do litoral, nomeadamente, Águeda, Aveiro, Leiria e outras regiões. Mas, temos que tomar medidas localmente porque é o local que nos interessa, em primeiro lugar, tomar as medidas necessárias, ou as medidas que identificamos para fixar e atrair população, daí a devolução de 2,5% do IRS para estarmos em igualdade de circunstâncias com os municípios que tem maior capacidade de atração e fixação e que tem população mais jovem e que ainda assim, fazem a devolução do IRS que foi por essa razão que em conjunto com o PSD decidimos trabalhar, as creches, as refeições do 1º. Ciclo e do Pré-Escolar sejam gratuitas. Felizmente, que não é apenas o PS que pensa desta maneira, felizmente, temos neste fórum da Assembleia Municipal, outras forças políticas que apoiam, participam e que estão connosco na implementação destas medidas. Que resultados? Não sabemos os resultados. Esperamos que este conjunto de medidas seja de extrema importância e esperamos que venha a ter frutos no futuro.

Mas, não ficamos por aqui, estamos firmemente empenhados na promoção da construção de habitação a custos reduzidos de modo a que possamos colocar no mercado habitação a rendas acessíveis, estamos a trabalhar com uma equipa de técnicos e também uma equipa política, no sentido, de concluirmos a estratégia municipal de habitação que infelizmente pelo atraso na conclusão está a prejudicar o concelho de Castelo Branco, relativamente, a outros concelhos onde essa estratégia municipal há muito tempo que foi feita e onde já existem acordos no âmbito da construção e requalificação de habitação. O que está feito, está feito, procuraremos remediar no futuro estas situações.

Senhora Deputada Adelina Martins, traz-nos novamente a questão da seca meteorológica que apresenta como sendo estrutural. Temos receio Senhora Deputada que seja efetivamente uma seca estrutural, mas também, temos todos conhecimento da história da humanidade e do antes dessa



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

mesma humanidade e sabemos as diferenças, as várias alterações e flutuações climáticas do planeta que nos acolhe, tem tido ao longo do tempo. O que é certo, é que no presente temos um conjunto de preocupações associadas a algo e muito bem, estrutural, mas também conjuntural. O que é que o município de Castelo Branco está a fazer? Estamos a planear e estamos a agir. Estamos a planear uma campanha de sensibilização junto dos munícipes que irá ser liderada pelos Serviços Municipalizados para a sensibilização desses mesmos munícipes, relativamente, ao consumo da água. Continuamos a trabalhar um processo de há muito tempo, de reduzir as perdas de água naquilo que diz respeito à rede pública, estamos a começar a avaliar a possibilidade de substituir relva por outro tipo de arbustos, por exemplo, em locais que consideramos que possa ser feito.

Já dei indicação recentemente a uma das divisões da Câmara Municipal, no sentido, de substituir e também a título experimental alguma da relva que está no separador central da Avenida de Espanha, precisamente por arbustos locais de modo que possam ser regados com o sistema gota a gota e deixemos de ter a rega por aspersão. Tentamos por aí também amenizar esta situação porque na verdade, Senhora Deputada, o problema da água, tal como o problema da eletricidade se coloca a dois níveis, ao nível ambiental, tal como dizia há pouco o Senhor Deputado Daniel de Almeida e também a nível da sustentabilidade económica do Município e também das famílias, porque o desperdício, seja da água, seja da energia, ou seja de outros bens, não beneficia ninguém e também temos um papel a fazer nesse sentido.

Senhora Deputada, Maria José Rafael, fala-nos sobre o apoio às Juntas de Freguesia e o apoio às Associações.

Senhora Deputada, estamos a vida pública há muito tempo, conhecemos todas as freguesias do nosso concelho, conheço a maioria das instituições deste concelho e sei a importância dessas associações no apoio direto às populações e na dinâmica dessa mesma população. A Câmara Municipal de Castelo Branco não falha às freguesias, nem falha às Associações. Todos os dias estamos a fazer intervenções nas freguesias, todos os dias os Serviços da Câmara Municipal dão apoio aos Senhores Presidentes de Juntas de Freguesia na solução de problemas que vão surgindo, alguns já vêm muito de trás e outros que surgem no dia a dia. Todos eles merecem resolução e todos têm a nossa atenção e a nossa intervenção. É natural, é óbvio e é evidente que não resolvemos todos os problemas no momento em que se colocam, como nunca foram resolvidos todos os problemas no momento em que se colocam. Devo-lhe dizer que já resolvemos problemas que foram



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

imediatos e emergentes, já resolvemos problemas que vêm de há muitos anos atrás, mas que ainda há muitos problemas para resolver. Na cidade só para dar o exemplo, temos permanentemente as equipas de calceteiros a intervir no sentido de garantir a qualidade dos passeios, de acudir cada vez que se coloca um problema na calçada ou em outras situações e é um trabalho que fazemos em permanência.

A Deputada, Carla Massano fala-nos sobre o Instituto Politécnico de Castelo Branco que é uma das Instituições mais importantes do nosso concelho. Já disse numa reunião do Executivo da Câmara Municipal de Castelo Branco, jamais irá interferir naquilo que é a organização do Instituto Politécnico de Castelo Branco. Não pretendemos capturar para a Câmara Municipal, ou politicamente a vida de uma Instituição tão importante como é o Instituto Politécnico de Castelo Branco e respeitaremos sempre aquilo que são as decisões dos seus Órgãos, também eles, tal como nós, legitimamente eleitos. Isto não significa que a Câmara Municipal de Castelo Branco não esteja atenta àquilo que é a vida, a dinâmica, o interesse e a importância do Instituto Politécnico de Castelo Branco para Castelo Branco. Sabemos da importância de atrair estudantes e sabemos também Senhora Deputada, também lhe devo dizer, aquilo que é fundamental ao nível da dignidade desses mesmos estudantes e da dignidade dos estudantes que o Instituto Politécnico de Castelo Branco consegue atrair. É por isso que temos apoiado tanto a Cáritas Intermunicipal, como a Associação 4 corações, no sentido, das próprias acudirem a situações de estudantes internacionais que frequentam o Instituto Politécnico de Castelo Branco e que infelizmente em algumas circunstâncias passam por necessidades. Tem sido feito esse acompanhamento, da parte Câmara Municipal de forma discreta e também destas instituições de forma discreta porque isto não é para trazer para as páginas dos jornais, mas a título de informação temos tido essa atenção e esses estudantes têm estado a ser acompanhados. Há um problema, relativamente, aos estudantes internacionais no que diz respeito a alojamento.

Os estudantes internacionais não têm direito a frequentar as residências de estudantes do IPCB. É algo que também estaremos atentos e se também for possível a própria Câmara Municipal irá promover a construção de residências de estudantes que possam também acolher estes estudantes internacionais, de forma, repito, digna e de forma que a sua permanência em Castelo Branco durante a duração dos seus cursos, seja uma permanência com atenção, com cuidado, mas



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

sobretudo, dando-lhes condições para que eles possam tirar os seus cursos e melhorarem as suas competências.

A Deputada Christelle Domingues, falou sobre a guerra na Ucrânia e sobre a aposta na educação. Muito bem Senhora Deputada, percebi que tem estado muito atenta àquilo que tem sido a intervenção dos Serviços Educativos da Câmara Municipal. O Plano Integrado Inovador de Combate ao Insucesso está no terreno, felizmente, está bem e está de boa saúde.

Temos a funcionar o prolongamento aos meninos e às meninas que frequentam a rede do pré-escolar, temos atividades complementares para os alunos até ao Ensino Secundário. Implementamos a Academia de Pais que tem como título “Os meus pais sabem”, é um conjunto de iniciativas abrangentes e que abrangem, desculpem a redundância, todos os ciclos de ensino integradas no Plano Integrado Inovador no Combate ao Insucesso Escolar que do nosso ponto de vista está a ter bons resultados.

O Senhor Deputado, Francisco Pombo Lopes, traz-nos entre outras coisas, a exposição de Nadir Afonso, a “Figura Humana”. Tive o prazer de conversar longamente com a viúva do Nadir Afonso, Laura Afonso, antes, durante e depois da inauguração, percebi para além do conhecimento que já tinha do Nadir Afonso e da sua obra, quanto o Nadir Afonso é ainda mais importante do que aquilo que conhecia e é com gosto que acolhemos mais uma exposição do Nadir Afonso em Castelo Branco, no Museu Francisco Tavares Proença Júnior. Museu tão importante para a cidade, para o concelho e para a região que queremos valorizar também pela via das exposições que iremos procurar que tenha lugar com regularidade neste Museu de modo a dinamizar aquilo que é a prática das exposições temporárias, mas por outro lado de ver aqui também a dar outra possibilidade àqueles que são exposições permanentes deste museu tão importante para o distrito, a região e Castelo Branco.

Penso que respondi à generalidade das questões que foram colocadas.

### **II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

**Ponto 1- Apreciar uma informação do Presidente da Câmara sobre a atividade municipal e situação financeira do Município.**

**Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 28/02/2022  
Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

(alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 35.º do RAMCB)

- a) e b) **Atividades desenvolvidas pelas associações, fundações e outras entidades de cariz não empresarial, bem como nas empresas municipais ou outras entidades em que o Município detenha alguma participação no capital social ou equiparado, e os resultados disponíveis de natureza económica financeira:** têm-se pautado pela normalidade, nada havendo a registar. Os relatórios de atividades e contas têm vindo a ser oportunamente remetidos, nos termos da lei, aos órgãos municipais.
- c) **Situação financeira em 18/02/2022:**
- i) **Saldo de Operações Orçamentais** – € 44 210 195,89
  - ii) **Saldo de Operações Não Orçamentais** – € 2 458,77
  - iii) **Valor em dívida em 18/02/2022** – € 598.163,07
  - iv) **Outros:**
    - **CMCB** – Ver anexo I.
- d) **Reclamações:** Nada a assinalar.
- e) **Recursos hierárquicos** – Nada a assinalar.
- f) **Processos judiciais em curso/ fase processual atual** – Ver anexo III.

**Presidente da Câmara** – Relativamente, à situação financeira do Município está expressa nos documentos que foram distribuídos aos Senhores Deputados. No que diz respeito à atividade da Câmara Municipal desde a última sessão da última Assembleia Municipal, no final de dezembro até ao presente, posso dizer que tem sido intensa e desafiante. Intensa porque todos os dias procuramos dar resposta a necessidades e todos os dias procuramos projetar o futuro.

Estamos a trabalhar a estratégia municipal de habitação, estamos a trabalhar conjuntamente com a Associação Empresarial da Beira Baixa, a Associação Comercial, a Associação Amato Lusitano e também a AHRESP, no sentido, de apresentar uma candidatura, um aviso que abriu recentemente que é dos bairros comerciais digitais. É um aviso que consideramos importante, é uma oportunidade, ou pode ser uma oportunidade para Castelo Branco e para a sua dinâmica comercial, é um instrumento que poderá melhorar a relação do comerciante com o cidadão através das plataformas digitais e utilizando aqui a técnica e a tecnologia e as novas tecnologias da informação, no sentido, de melhorar a eficiência destas mesmas associações.

Para além disso, como falava há pouco, estamos a trabalhar na área da Educação, no que diz respeito, por exemplo, ao programa integrado de combate ao insucesso escolar. São apenas três aspetos da intervenção da Câmara Municipal ao longo deste tempo que tem consumido algum tempo aos eleitos, mas também aos técnicos da Câmara Municipal e que são três aspetos que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

consideramos fundamentais. Estamos também a trabalhar, no sentido, de permitir a abertura das candidaturas das associações aos apoios. Recordo que em julho de 2021, foi aprovado o regulamento de apoio ao associativismo que nesse regulamento estava previsto que a primeira fase de candidaturas tivesse início em outubro, ou que decorresse entre outubro e novembro de 2021.

Quando tomamos posse a 15 de outubro, verificamos que nada no que diz respeito à implementação deste regulamento tinha sido feito. Ficámos preocupados, é verdade. Ficamos preocupados porque sabemos a importância dos apoios às Associações. Não é um processo simples, nem é um processo rápido, há muito trabalho que tem sido feito pela Câmara Municipal em colaboração e articulação com a empresa que implementa a plataforma da Câmara Municipal, é um processo que ainda não está concluído e que procuraremos dar resposta o mais atempadamente possível. Já fizemos uma reunião precisamente aqui no Cine-Teatro Avenida com as Associações em que lhes voltamos a explicar a necessidade de fazerem a sua inscrição e ao mesmo tempo fizemos uma parte de formação com vista a que essas associações possam fazer a inscrição para depois se poderem candidatar. No que diz respeito ainda a este aspeto, foi necessário desenvolver os formulários de candidatura que também não estavam feitos e aferir as metodologias para os implementar. É um trabalho que está a decorrer que não tem a celeridade que gostaríamos, mas essa não celeridade justifica-se pela complexidade do regulamento e, sobretudo, pela complexidade da aplicação desse regulamento. Recordo também que em 2021 a decisão da Câmara Municipal no que diz respeito à atribuição de apoios, sem a necessidade de respeitar o regulamento apenas teve lugar no dia 7 de março. Foi na reunião do dia 7 de março que foram atribuídos os apoios às associações no ano de 2021 e recordo sem a necessidade de respeitar um regulamento e aquilo que está expresso nesse mesmo regulamento.

Ficaria por aqui no que diz respeito a este ponto, mas, naturalmente, estarei disponível para responder a todas as questões que me queiram colocar.

**Ernesto Candeias Martins (MPT)** – Fiquei grato por ouvir, uma vez que tinha dito que há uma interpretação suspeita porque os esclarecimentos merecem sempre ser muito clarificados. É nessa transparência que me situo aqui e aqueles que represento como eleitores.

Contudo, Senhor Presidente, sobre a execução entre este período que medeia, entre a aprovação das GOP em dezembro e agora a solicitação de alterações, tenho que lhe dizer que ou





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

não estavam previstos, ou temos um desconhecimento em termos de diagnóstico inicial que não foi o mais efetivo. É verdade que sempre alertamos e foi logo na minha declaração que a grande prioridade, era a prioridade de um plano global de gestão de recursos hídricos e uma carta de água.

Onde está? A partir daí toma-se as medidas para uma rede ambiental hídrica que tem em conta o circuito do sistema de retenção e aproveitamento recursos alvos. Há que prever a nova década e a nova década tem a ver com seca, desertificação e com todos os problemas inerentes, por isso, e em termos também que acompanha todo este aspeto macro, está o plano de reestruturação do tratamento de resíduos que ainda não vi neste período uma atenção muito específica.

É verdade que falou e falaram aqui sobre Educação, Senhor Presidente, o projeto de insucesso escolar já leva algum tempo e as medidas que têm sido feitas realmente têm tido alguma eficácia, mas a minha pergunta, é que isso, são de uma forma faseada daquilo que deve ser um plano estratégico de educação municipal e aí incido que há atividades que deveriam ser incluídas, assim como, também o envolvimento de todos os atores, instituições, educativos e associações que efetivamente obriga esse plano estratégico educativo municipal como em outras câmaras do país o têm.

Também o digo que não há um plano integral de mobilidade vital e de celebrações à cidade. E quando pede que há medidas de reestruturação, é verdade, nesse sentido de divulgação. Eu pergunto, é a partir da consciência de uma Educação vial, a partir das crianças e de uma cultura de segurança rodoviária nas pessoas? Sim, Senhor Presidente, mas isso vale mais do que fazer um bom diagnóstico de um plano integral de mobilidade vial e por isso deixo aqui este ponto muito importante.

Não ouvi nenhuma medida e esta seria a mais importante de um plano de bem-estar animal, na base de uma nova imagem de identidade de abrigo e centro de recolha oficial de animais em Castelo Branco.

Eu tenho uma proposta para solicitar ao Senhor Presidente de fazer o provedor do animal, a nova identidade, a causa animal deve clarificar o trabalho do município em prol do bem-estar e por isso mesmo, fica aqui uma medida que efetivamente deve implementar.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Sobre os transportes, não tenho conhecimento de um relatório sobre os transportes públicos e escolares, uma vez que a despesa é tão elevada e a receita é tão mínima. Esta articulação é preferível e aqui não queria fazer alusão áquilo que defendemos dos transportes gratuitos.

Sobre o património histórico e cultural, etnográfico e, sobretudo, as medidas que efetivamente são incisivas nestas notificações, começava por lhe dizer que não sei se existe, ou não existe uma comissão toponímica de património na cidade, não sei se há auscultação a essas alterações de recuperação do Património e também ficou por aí no ar o setor ou a parte histórica da cidade, mas que deve ser envolvente também, envolvendo as partes históricas das diversas freguesias que têm aqui os seus representantes e que efetivamente não intervêm nesse aspeto. Isto requer um Plano Sustentável de Desenvolvimento para o concelho, isto requer que o PDM também envolva essa auscultação, não é estar já numa fase adiantada, se está, é necessária a sua revisão, mas devem todos ser auscultados porque é aquilo que a lei prevê antes de vir a deliberação, apreciação e votação aqui nesta Assembleia.

E por isso mesmo, há também aqui um ponto que foi aqui falado e que também não há medidas, faz efetivamente uma modificação em relação à Proteção, mas há projetos de defesa e gestão da floresta? Há uma atenção às áreas envolventes potencializadoras dos recursos do qual muitas famílias ainda vivem no espaço rural? É essa a questão que também deixo, assim como, também reconhecer que efetivamente tem estado um esforço e estamos sempre abertos a esse diálogo e ficaria aqui mais três situações micro que é em primeiro lugar, para quando uma intervenção municipal em relação às Abelhas da Índia?

O que é que prevê de apoio às empresas médias e pequenas e, sobretudo, ao comércio local às dificuldades após a pandemia. Por isso é que fiz alusão logo na intervenção no Período de Antes da Ordem do Dia, em relação às funções económicas.

O que é que se passa com a Associação do Figo da Índia da Beira Baixa, num investimento de 200 mil euros, onde a Câmara paga renda de equipamento sem utilização, em que não há retorno de investimento, está parado. Por isso esta intermitência demonstrada pelo Executivo que levou a este pedido de alteração, isto tem a ver com funcionamento já neste período, mas já prevemos, ou pelo menos prevejo que isto também seja relançado para o período até ao ano de 2025. Senhor



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Presidente fico contente que tenha tido algumas medidas, mas outras, ainda ficam muito aquém daquilo que nós esperávamos.

**Presidente da Câmara** - Senhor Deputado Ernesto Candeias, bem-haja pelas suas palavras e pela forma como aqui as apresenta e também pela forma firme como as traz a esta Assembleia.

Senhor Deputado, peço-lhe imensa desculpa, mas só sou Presidente da Câmara há quatro meses. Pode-me dizer que isto não é desculpa para nada, mas retribui-lhe o seu comentário dizendo-lhe que isso é desculpa para muito. Efetivamente o PS há vinte e quatro anos que está no exercício de funções na Câmara Municipal de Castelo Branco, fez o enorme trabalho de desenvolvimento deste território, desta região e da afirmação de Castelo Branco, como cidade e concelho, mas no que diz respeito a este Executivo, Senhor Deputado estamos apenas há quatro meses à frente dos destinos da Câmara Municipal. E, foi nestes quatro meses que identificamos problemas, já o disse, mas repito, não imagino o Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco, Leopoldo Rodrigues a sair do exercício das suas funções, a não ser que haja uma fatalidade sem reunir com aquele que lhe sucederá, no sentido, de informar sobre aquilo que é importante para a cidade, para o concelho e importante para o seu desenvolvimento. Infelizmente, não foi esta a forma de pensar, nem foi esta a forma de atuar do Executivo que me antecedeu. Infelizmente, todos os dias tenho informações de aspetos que ainda não conhecemos e acredito que ainda num futuro próximo tenhamos informações de outras coisas que nem sequer fazíamos ideia. Isso não é desculpa para a ação deste Executivo, nem é desculpa para que este Executivo não faça aquilo que é sua obrigação, mas permita-me Senhor Deputado que lhe diga que este aspeto condiciona fortemente aquele que é o trabalho do Executivo Socialista na presente legislatura à frente dos destinos deste concelho. Refere alguns aspetos que estão relacionados com o ponto da revisão orçamental, permita-me que responda nessa altura. Mas há aqui uma questão ou duas que queria deixar clara, Senhor Deputado. O PDM e o PGU são documentos que estão em elaboração e são documentos que estão em discussão pública e que terão o contributo da população e que terá discussão neste fórum da Assembleia Municipal. Agora Senhor Deputado, não acredito que nem o Senhor, nem eu, tenhamos tempo, a disponibilidade e diria mesmo o conhecimento para elaborar estes documentos. Foi por isso que os Executivos anteriores e muito bem, fizeram uma contratação de serviços para que estes documentos sejam elaborados. O PDM está numa fase inicial, o PGU tem o seu trabalho concluído de modo a que possa ser colocado em discussão pública, só não foi



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

porque na última reunião, onde este assunto foi tratado, os Senhores Vereadores do S-MI exigiram mais tempo para conhecer esse documento, quando eles próprios estiveram envolvidos na sua construção. De qualquer modo, em devido tempo, espero que seja em breve, este documento será aprovado, será decidido a sua consulta pública para que todos possam participar.

Senhor Deputado, não queremos esconder nada, não queremos aprovar dois instrumentos tão importantes para aquilo que é o ordenamento e que é o desenvolvimento de Castelo Branco, sem ter a participação das pessoas e sem ter a participação dos albicastrenses, mas esse tempo ainda não chegou, em devido tempo será envolvido nesta discussão e em devido tempo apreciaremos as suas sugestões e os seus contributos que tenho a certeza que serão relevantes para melhorar estes dois instrumentos de ordenamento.

Quanto à intervenção da vespa asiática, Senhor Deputado estamos preocupados com isso, mas também se está a trabalhar nesse sentido e estamos a trabalhar ao nível da Comunidade Intermunicipal que tem também essa competência. Procuraremos ter uma ação através do Gabinete Florestal, temos tido uma ação de atuação imediata uma vez que são identificados ninhos de vespa asiática e, obviamente, alertamos todos, inclusivamente, cada um de nós para tentar identificar estes ninhos para que eles possam ser localizados e depois possam ser destruídos, mas também estou preocupado com isso porque também se reporta à sustentabilidade, o nosso futuro também depende das abelhas não dependendo das vespas asiáticas, portanto, essa é uma matéria que nos interessa e que temos que avaliar.

O Figo da Índia, a atividade no que respeita à exploração do Figo da Índia está parada.

Temos que pensar de que forma é que lhe podemos dar vida, ou de que forma é que lhe podemos alienar os equipamentos que foram adquiridos com esse objetivo. Faz sentido termos o tratamento do Figo da Índia no concelho de Castelo Branco, em que moldes é que essa exploração será feita, ainda não temos resposta para isso. Infelizmente, ainda não tenho resposta para isso, mas isso não significa que não estejamos preocupados e que não estejamos atentos relativamente a esse aspeto.

Bem-haja.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

**Ponto 2 - Discussão e votação da proposta de “Retificação do Contrato Interadministrativo com a União de Freguesia do Ninho do Açor e Sobral do Campo” (Proposta n.º 1/2022)**

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, retificar o Contrato Interadministrativo com a União de Freguesia do Ninho do Açor e Sobral do Campo.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 2.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

**Ponto 3 - Discussão e votação da proposta de “Mapa “Fluxos de Caixa”, referente ao dia 31/12/2021”. (Proposta n.º 2/2022)**

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com quatro abstenções do PSD/CDS-PP/PPM e os restantes votos a favor do MPT, CHEGA, S-MI e PS, aprovar o Mapa “Fluxos de Caixa”, referente ao dia 31/12/2021.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 3 .

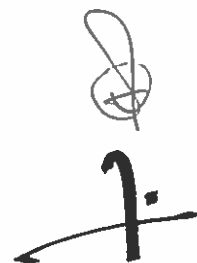
Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

**Ponto 4- Discussão e votação da proposta de “Geminação com o Município de Vila Marrupa, em Moçambique”. (Proposta n.º 3/2022)**

**Presidente da Câmara Municipal** – Relativamente, à geminação com o Município de Vila Marrupa, em Moçambique, foi uma proposta que chegou à Câmara Municipal desse próprio Município que entendemos dar-lhe continuidade pela importância que têm nas relações de Portugal com os territórios de língua oficial portuguesa e também porque entendemos que também podemos dar algum contributo, no sentido, do desenvolvimento e da melhoria das condições de vida das populações deste Município. Devo informar também que tive na semana passada a visita de outro autarca de Moçambique, neste caso, do autarca de Quelimani que me foi apresentado gentilmente pelo Deputado Pedro Crisóstomo, com quem tivemos uma reunião que considero bastante profícua e bastante importante e que no futuro, provavelmente, dará também lugar a uma



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO



geminção com esse município moçambicano. Este é um conjunto de geminações que vêm de trás, fizemos a assinatura do protocolo de geminação há pouco tempo com o Município de Bissau, geminação que já tinha sido aprovada no mandato anterior e agora estamos a dar sequência à de Marrupa e, provavelmente, a breve prazo teremos uma proposta com Quelimane.

**A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Geminção com o Município de Vila Marrupa, em Moçambique.**

**Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 4.**

**Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.**

**Ponto 5 - Discussão e votação da proposta de “Adesão do Município à Associação de Municípios Portugueses do Vinho”. (Proposta n.º 4/2022)**

**Presidente da Câmara Municipal** - Relativamente à adesão do Município à Associação de Municípios Portugueses do Vinho, sabemos a importância do vinho para o nosso território, temos felizmente muitos produtores que produzem vinho de grande qualidade, havendo uma Associação Nacional de Municípios, neste âmbito, entendemos que a Câmara Municipal também devia estar representada.

**A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, a adesão do Município à Associação de Municípios Portugueses do Vinho.**

**Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 5.**

**Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.**

**Ponto 6 - Discussão e votação da proposta de “Adesão do Município à Associação Portuguesa das Cidades e Vilas Cerâmicas”. (Proposta n.º 5/2022)**

**Presidente da Câmara Municipal** – No que diz respeito à adesão do Município à Associação Portuguesa das Cidades e Vilas Cerâmicas, também sabemos que há muito tempo que não existem fábricas de cerâmica em Castelo Branco, hoje, temos essencialmente cerâmica criativa e temos algo que nos diferencia e que nos coloca no centro das vilas e das cidades cerâmicas que a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

existência da Fundação Manuel Cargaleiro e as mais de dez mil peças que constam do acervo de Manuel Cargaleiro, no que diz respeito à parte da cerâmica. Por essa razão, entendemos também que Castelo Branco devia estar inserida numa Associação Portuguesa das Cidades e Vilas Cerâmicas, não aqui na perspetiva da produção industrial, mas, sobretudo, na perspetiva da produção artística onde a Fábrica da Criatividade também pode vir a ter um papel de destaque.

**A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, a adesão do Município à Associação Portuguesa das Cidades e Vilas Cerâmicas.**

**Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º6.**

**Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.**

**Ponto 7 – Designação de 5 Membros da Assembleia Municipal para integrar a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género.**

**Francisco Manuel Pombo Lopes (PS)** – Apenas para referir que é de extrema importância a representação a nível da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género porque só com essa representação se pode também participar, digamos de todas as medidas que visam a promoção de uma maior cidadania e de uma maior igualdade na vida social.

**Maria do Carmo Almeida Nunes (S-MI)** – A minha intervenção prende-se com o seguinte, é que da leitura que fiz do documento que foi apresentado pela Senhora Vereadora Patrícia, fiquei com algumas dúvidas. No ponto sete da ordem diz assim “designação de 5 Membros da Assembleia Municipal para integrar a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género”, no entanto, a exposição da Senhora Vereadora refere um grupo voluntário. A questão que coloco é, esta Comissão é para ser criada nos termos do disposto no artigo 21º. e seguintes, ou seja, de comissões ou grupos de trabalho que representem a Assembleia Municipal nos termos do Regimento? É essa a minha questão, não entendi se era constituído nesses termos. Embora me pareça que sim, no ponto sétimo porque o Senhor Presidente tem mesmo a designação de 5 membros para integrar a Comissão, portanto parece-me que é a criação de uma comissão, nos termos do regimento ou se é uma outra figura.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

**Presidente da Assembleia Municipal** – É essa a leitura que faço do documento que nos foi enviado. Não sei se a Senhora Vereadora também concorda com isso.

**Francisco Manuel Pombo Lopes (PS)** – A proposta, será de 5 membros a representar cada força política com assento nesta Assembleia, se não houver objeção, relativamente, à proposta. Cada força política designar o seu membro para constituir a Comissão.

**Presidente da Assembleia Municipal** – Está uma proposta em cima da mesa, cada força política que está a representada na Assembleia Municipal possa, digamos, indicar um membro para esta Comissão. Pergunto, se alguém se quer inscrever relativamente a esta matéria para fazer algum comentário. Não havendo, pergunto se alguém se opõe a que esta seja a metodologia, ou seja, cada grupo municipal indica uma pessoa para esta comissão. Alguém se opõe? Aprovado por unanimidade.

**Maria do Carmo Almeida Nunes (S-MI)** – Não foi possível transcrever porque interveio da bancada.

**Presidente da Câmara Municipal** – Esta é uma questão muito simples. Trata-se de um Grupo de Trabalho no âmbito da Comissão para a Igualdade de Género que é um instrumento que está a ser produzido sob a direção da Senhora Vereadora Professora Doutora Patrícia Coelho e que, neste caso, concreto, entendeu-se que seria interessante e seria importante porque acolhe todas as sensibilidades que todos os Grupos com assento aqui nesta Assembleia estivessem representados.

É óbvio que podemos ir para a representatividade, mas essa representatividade poderá deixar de fora alguns daqueles que foram eleitos pelos cidadãos albicastrenses. É uma decisão que a Assembleia terá que tomar.

**Francisco Manuel Pombo Lopes (PS)** – A Dra. Maria do Carmo falou do que está previsto no Regimento, salvo melhor entendimento, o que está previsto no regimento reporta-se às comissões internas da própria Assembleia Municipal. Trata-se neste caso de uma comissão externa, ao funcionamento da Assembleia Municipal.

**Carlos Manuel Freire Antunes (PSD/CDS-PP/PPM)** – Eu sinceramente, tenho algumas dúvidas e penso que toda a Assembleia está com essa dúvida. Trata-se de uma comissão que é composta por cinco elementos exclusivamente por esta Assembleia, são as comissões da Assembleia ou





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

trata-se de uma comissão mais abrangente, da qual, vão integrar cinco elementos desta Assembleia. É a primeira ou a segunda opção?

**Patrícia Margarida do Santos Carvalheiro Coelho (Vereadora)** – Em relação à comissão que solicitei à Assembleia Municipal indicar, é um grupo de trabalho que visa tratar de assuntos relacionados com a igualdade de género e tem a ver com aquilo que foi definido no grupo em relação aos grupos grandes de trabalho. Temos a questão de igualdade de género aqui para resolver, houve uma comissão que delineou que abriam cinco grupos de trabalho e um deles seria a representação da Assembleia Municipal, e nesse intuito, pedi à Assembleia Municipal para indicar cinco membros para representatividade de cada um dos grupos aqui presentes para que todos pudessem ter voz ativa neste trabalho.

**Carlos Manuel Freire Antunes (PSD/CDS-PP/PPM)** – Gostava de anunciar que o representante do PSD/CDS/PPM será a Engenheira Adelina Martins.

**Ernesto Candeias Martins (MPT)** – Serei eu próprio, mas tenho uma questão porque agora fiquei mais baralhado e peço desculpa. Eu não sei se é igualdade ou desigualdade de género e por isso mesmo a Senhora Vereadora não esclareceu. Eu penso que em situações de desigualdade é que deve haver uma comissão para intervir. Que eu saiba, a nossa legislação e os direitos adquiridos tornaram a mulher realmente com a condição que deve ter na sociedade. As desigualdades são os atropelos que há. Em relação à cidadania, já sabem a minha posição e a posição deste movimento. É a posição de haver um provedor para o cidadão, cidadania, participação ativa e também está na proximidade daquilo que é. Portanto, se é o cidadão independentemente da sua natureza cultural, a sua raça, a sua idade, etc., é o cidadão. O cidadão tem que ter formação para a cidadania. Eu sei que isto tem a ver com os aspetos do plano estratégico, educacional, da educação porque temos que formar para a cidadania, queremos mais participação. É efetivamente desolante que a participação do público e a intervenção do público não se faça nesta assembleia e também, realmente gostaríamos do ter cá e o cativar a maior participação, é aí que essa comissão deve mobilizar forças e meios para que os cidadãos tenham consciência de uma cultura de cidadania, se é isso, de qualquer forma já indiquei, sou eu próprio a fazer parte.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO



**Presidente da Câmara Municipal** – Senhor Deputado Ernesto Candeias, penso que haverá aqui algum equívoco na sua avaliação daquilo que está aqui a discutir.

Existe por lei a necessidade de criar uma comissão municipal para a igualdade e a não discriminação que tem um plano municipal para a igualdade e não discriminação. Esse plano municipal, entendeu o Executivo que deve ter a participação dos eleitos, mas que deve também ter a participação da sociedade civil. Como disse, a Vereadora, existem cinco grupos de trabalho e sendo os eleitos aqui representados na Assembleia Municipal, entendeu-se que seria importante ter um grupo de trabalho constituído por esses mesmos eleitos. Os outros aspetos que referiu, serão tratados em outros fóruns, mas aqui trata-se de um plano municipal que tem enquadramento legal.

Não mais que isso, não estamos a inventar nada. Estamos a dar sequência àquilo que é a legislação.

**A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar os seguintes membros da Assembleia Municipal para integrar a Comissão:**

- **Christelle Varanda Domingos (PS);**
- **Adelina Maria Machado Martins (PSD/CDS-PP/PPM);**
- **Maria do Carmo Almeida Nunes (S-MI);**
- **Maria da Conceição Martins Pereira (CHEGA);**
- **Ernesto Candeias Martins (MPT)**

**Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 7.**

**Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.**

### **ADITAMENTO À**

### **CONVOCATÓRIA DA SESSÃO DE 28/02/2022**

**NOS TERMOS DO N.º 2 DO ARTIGO 50.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12/9**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO



**Ponto 8 - Discussão e votação da proposta de “1ª. Alteração Orçamental Modificativa (Revisão) e às Grandes Opções do Plano e Orçamento do ano de 2022”. (Proposta nº. 6/2022)**

**Ponto 9 – Discussão e votação da proposta de “Adesão à Sociedade Histórica da Independência de Portugal.”. (Proposta n. 7/2022)**

**Ponto 10 – Discussão e votação da proposta de “Transferência das Competências do Domínio da Ação Social. Prorrogação do Prazo para Aceitação (Decreto-Lei n.º 23/2022, 14 de fevereiro)”. (Proposta n. 8/2022)**

**Presidente da Assembleia Municipal** – Foi solicitado pela Câmara Municipal a inclusão de pontos à Convocatória. Estas inclusões nos termos do nº. 2, do artigo 5º. da lei nº. 75/2013, de 12/9, diz o seguinte “tratando-se de uma sessão ordinária do órgão deliberativo e no caso de urgência reconhecida por dois terços dos seus membros, pode o mesmo deliberar sobre assuntos não incluídos na Ordem do Dia”.

Temos 40 deputados na sala e para que estes pontos possam ser deliberados, e votados temos que ter 27 votos a favor.

Posto à votação a inclusão destes pontos à ordem de trabalhos, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 17 votos contra, 15 do S-MI e 2 do CHEGA, 1 abstenção do MPT e 22 votos a favor, 18 do PS e 4 do PSD/CDS-PP/PPM, rejeitar a inclusão do Aditamento à Convocatória da Sessão de 28/02/2022, nos termos do nº. 2 do artigo 50º. da Lei nº. 75/2013, de 12/09.

**Presidente da Assembleia Municipal** – Nesta perspetiva, não há possibilidade desta inclusão ser incluída nesta Sessão. Passo a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

**Presidente da Câmara Municipal** - Devo começar por referir que estamos perante uma situação inédita no Município de Castelo Branco pelo menos desde que faço parte da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Procura-se impossibilitar o Executivo da Câmara Municipal de tomar decisões importantes para o concelho, de tomar decisões importantes para as freguesias e de tomar decisões importantes para a população deste mesmo concelho.

Para quem diz aqui que está com um espírito construtivo que está a trabalhar pelos albicastrenses e que está para trabalhar pela resolução dos albicastrenses, esta é a prova clara, inequívoca que não estão minimamente interessados nos albicastrenses e na resolução dos seus problemas, antes estão interessados em boicotar o trabalho da Câmara Municipal e a ação da Câmara Municipal em prol desses mesmos albicastrenses, ou seja, tentam resolver aqui através do expediente do Regimento, algo que não ganharam nas urnas, algo que os eleitores de Castelo Branco não lhes permitiram. Atenção que a decisão aqui tomada hoje tem implicações para o futuro, tem implicações para as freguesias, tem implicações para as associações e ainda hoje, caras e caros deputados municipais da parte do S-MI vieram aqui duas deputadas apelar a que fossem dados apoios às associações, pois então, esta decisão vai obviar a que esses apoios venham a ser decididos com a brevidade que gostaríamos que fossem.

Mais, tem implicações ao nível da concessão dos transportes, tem implicações ao nível da energia e tem implicações em diferentes níveis da intervenção.

Mais ainda, temos que informar a DGAL até ao dia 1 de março, sobre a aceitação ou não da transferência de competências do domínio da ação social, da prorrogação do prazo para a aceitação até ao dia 1 de janeiro de 2023. A decisão desta Assembleia, no caso concreto dos Senhores Deputados do S-MI e dos Senhores Deputados do Partido do CHEGA que a Câmara Municipal não cumpra aquilo que está legalmente estabelecido.

Caras e caros Deputados cada um assume as suas decisões e responsabilidades. Nós assumimos as nossas.

E repito mais, é a primeira vez nesta Assembleia Municipal que se verifica este tipo de situação e que Deputados Municipais eleitos para defender Castelo Branco, boicotam o trabalho da Câmara Municipal e impedem que a Câmara Municipal faça o seu trabalho em prol de Castelo Branco. Lamento.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

2  
1

**Francisco Pombo Lopes (PS)** – Corroboro palavra, por palavra o que o Senhor Presidente da Câmara acabou de dizer neste púlpito e queria dizer o seguinte. Não foi a autarquia do PS que não pode aqui trazer o aditamento à Câmara. Foram os albicastrenses que viram o seu futuro prorrogado por uma irresponsabilidade política que é essa a palavra e o termo que os Senhores Deputados assim decidiram.

**Maria do Carmo Almeida Nunes (PS)** – Senhor Presidente da Câmara Municipal, lamento as suas palavras. O Senhor Presidente diz que é a primeira vez que isto acontece nesta Assembleia Municipal e digo-lhe Senhor Presidente que efetivamente é a primeira vez que acontece, sim senhor, a falta de respeito perante os membros da Assembleia Municipal, porquê? Porque não foi comunicado atempadamente. Remetem aqui Aditamento à Convocatória e não foi esta convocatória comunicada atempadamente com dois dias de antecedência, úteis, como devia ter sido feito, violando claramente as normas do artigo 52º. da lei 75/2013. Isso é que foi falta de respeito para com os membros desta Assembleia. O porquê desta nossa decisão? O porquê desta decisão, prende-se com o seguinte, foi pelo facto de não termos recebido atempadamente como devia a Câmara Municipal ter feito para que todos os membros desta Assembleia Municipal tivessem a oportunidade de ter acesso a esses documentos e os ler e os poder discutir entre eles, o que na verdade isso não aconteceu. Foi-nos comunicado no dia 24/02/2022 às 14:47h. Por isso, Senhor Presidente não entenda isto como um boicote, nem estava há espera que o Senhor o referisse dessa forma e falasse de irresponsabilidade. É falta é de consideração perante os membros desta Assembleia.

Mais, se querem que este aditamento seja aprovado efetivamente nos termos do artigo 50º., do nº. 2 como aqui está, então o Executivo tinha obrigação de vir aqui referir a urgência nessa aprovação que é, o que diz o diploma, no artigo 50º. “no caso de urgência reconhecida” que não foi isso que foi aqui apresentado. Ninguém nos fez aqui uma proposta, ninguém fez uma proposta a esta assembleia da reconhecida urgência em aprovar estes documentos.

Portanto, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Executivo, foi uma falta de respeito para com os membros da Assembleia Municipal.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

**Presidente da Assembleia Municipal** – Senhora Deputada Maria do Carmo, na abordagem deste assunto, falei na questão da urgência. Mencionei o artigo 50º. do Decreto-Lei nº. 75/2013, aliás tal como aconteceu no passado.

**José Dias dos Santos Pires (PS)** – Lamento ter que intervir neste momento e faço-o enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Branco e representando todos os meus colegas eleitos pelo PS nas respetivas Juntas de Freguesia. Sou às vezes acusado por quem mais próximo de mim vive de ouvir mal, mas por acaso ouvi bastante bem o Senhor Presidente da Assembleia Municipal referir exatamente os mesmos argumentos que agora em tipo de desculpa de mau pagador, a Drª. Maria do Carmo veio aqui apresentar, usou exatamente os mesmos argumentos que agora utilizou para dizer a sua não votação.

O que é que isto representa? Importa perceber o que é que isto representa. Na minha intervenção curta de há pouco, disse que era importante que todos conseguíssemos de uma vez por todas agir intencionalmente pior. Esse é que é o grande problema. Na verdade, o que é que isto implica? Implica que tenha que ser convocada uma Assembleia extraordinária para poder analisar e votar aquilo que era proposto. Contudo, já não vai a tempo de poder responder àquilo que eram os instrumentos necessários para poder intervir junto da comunidade, tal como o Senhor Presidente da Câmara acabou de referir e vem também limitar as capacidades de intervenção em muitas das intervenções das próprias freguesias. Aquilo que vocês fizeram ao arranjar um argumento falacioso para se opor a este debate e à análise daquilo que é proposto, é efetivamente prejudicar não os vossos interesses, mas prejudicar os interesses dos munícipes, os interesses da Comunidade albicastrense. Não esperava isso da vossa parte. Aceito que consigam pensar diferente de mim, não aceito é que atuem intencionalmente diferente para prejudicar o verdadeiro exercício do trabalho junto das comunidades.

**João Filipe Ribeiro (CHEGA)** – Venho apresentar uma declaração de voto do CHEGA. Não acredito que no dia que foi feita a primeira convocatória, não se soubesse já da necessidade destes pontos. Existem regras. Queria dar-vos as boas vindas ao mundo que os nossos cidadãos albicastrenses vivem. Basta não cumprir o prazo de um dia, de uma hora de pagar o imposto e caem-lhes em cima. Estamos aqui a dizer que não queremos discutir temas e ao contrário do que o



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Senhor Presidente da Junta de Freguesia disse, isto é pensar diferente, temos que dar a oportunidade aos Deputados Municipais de terem a informação a tempo, existem regras para serem cumpridas e discutidas, senão estamos sempre a fazer aditamentos.

Este é nosso sentido de voto, estamos disponíveis para na próxima Assembleia Municipal discutir e a culpa não é minha, a culpa é do Executivo que não preveniu essa situação.

**Ernesto Candeias Martins (MPT)** - O facto de me abster, deve-se ao seguinte, foi a uma reunião extraordinária com carácter de urgência do próprio Executivo camarário que se reuniu no dia 24. Eu compreendo que a documentação tenha chegado aos membros desta Assembleia no dia 24, de tarde, para serem analisados. Eu até trouxe e fotocopiei estes mapas e estas rúbricas para termos uma consciência de análise e interpretação que hoje as minhas intervenções tem de existir. Eu tenho que efetivamente que ler e saber ler. Dirão “mas, o senhor passou todo o fim de semana para o fazer”? Correto, mas, também sei da lei.

O Senhor Presidente convoca uma sessão, ainda hoje, com carácter extraordinário e quarta-feira cá estaremos para debater este assunto.

Compreendo o Senhor Presidente da Câmara, tem toda a razão, mas, também tem que compreender que se quero ter uma análise criteriosa, tenho que ter tempo e não houve esse tempo. Não sabíamos que havia esta alteração, inclusão no ponta da ordem, só soubemos no dia 24/02, portanto, é esta a minha posição.

Vejo este documento e peço desculpa, o Executivo só lá tinha seis, faltou e hoje aqui o Grupo Municipal desse vereador em falta, veio aqui dizer que se deve discutir, é também uma falta de respeito. Então havia um Executivo em que havia lá seis, faltava um vereador e hoje vem-se discutir isso. Eu gosto das coisas claras e como gosto das coisas claras por isso a minha abstenção.

**Pedro Luís Ribeiro Crisóstomo (S-MI)** – O Senhor Presidente da Câmara fundamentou a urgência da votação e discussão do ponto 10. Estamos abertos, agora que já entendemos essa necessidade, a discutir o referido ponto. Se entender que é urgente o S-MI estamos abertos a votar o referido ponto.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

**Presidente da Câmara Municipal** – Repito, é a primeira vez, em 24 anos, que estou na vida autárquica, é colocado dentro da lei porque, caras e caros Deputados Municipais, não estamos aqui a fazer nada fora da lei. Aquilo que aqui trazemos é do estrito cumprimento da lei, como sempre foi feito nas Assembleias Municipais, como sempre foi proposto pelos Executivos Municipais.

É a primeira vez que a Câmara Municipal propõe discutir, analisar e votar propostas?

É a primeira vez que isto se passa na Assembleia Municipal de Castelo Branco e isto tem o objetivo claro e inequívoco de boicotar o trabalho da Câmara Municipal. Isto é feito de forma consciente, de forma objetiva e tem um nome S-MI e CHEGA.

### **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

**Presidente da Assembleia Municipal** - Temos um pedido de inscrição por parte do Senhor Luís Barroso que informa os assuntos que irá falar são os seguintes: convocatória, multiusos, pista de atletismo, corredor urbano, parque do Barrocal.

Como o Senhor Luís Barroso sabe, a intervenção do público versa os assuntos da ordem do dia. Nenhum destes assuntos está na ordem do dia. Eventualmente, se quiser falar sobre a convocatória, enfim, não percebo qual é o interesse, mas faça o favor de falar sobre a convocatória, o resto não está na ordem de trabalhos e temos que cumprir o Regimento.

**Luís Vicente Barroso** – É preciso a cidadania ter resistência quando é empurrada para o final dos trabalhos desta exaustiva sessão. Espero que o novo Regimento reveja esta situação.

Associo-me às moções aqui apresentadas sobre a Dielmar e da Condenação da Invasão da Ucrânia pela Rússia. Simbolicamente, pintei na minha face como podem ver as cores da bandeira ucraniana em solidariedade com este povo. Convido-os a associarem-se à vigília pela paz que vai decorrer a partir das 18 horas de hoje no Jardim da Devesa Aromas, pois todos seremos poucos.

Continuo com reparo à ordem de trabalhos desta sessão que deviria ter o Ponto 8 – Intervenção do Público e não tem incorretamente. Sei que não é fácil aceitarem a participação cidadã, quer neste órgão autárquico como em outros, mas têm que se habituar a conviver com esta situação pelo menos da minha parte, pois não vou abdicar desta legitimidade.





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

É do conhecimento público, a decisão deste Executivo Municipal em avançar com a construção do Pavilhão Multiusos na União de Freguesias Cebolais de Cima e Retaxo que terá o custo de um milhão e seiscentos mil euros...

**Presidente da Assembleia Municipal** - Senhor Luís Barroso, isto não foi falado aqui. Desculpe.


**Luís Vivente Barroso** – Então muito obrigado pela sua atenção e sejam felizes.

**Presidente da Assembleia Municipal** - Senhores Deputados Municipais, Senhor Presidente da Câmara, excelentíssimo público, está encerrada a sessão.

### **CONCLUSÃO DA ATA**

E, não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Mesa encerrada a sessão, eram 12 horas e 25 minutos, mandando que de tudo, para constar, se lavrasse a respetiva ata.

O Presidente da Assembleia Municipal,



---

O 1.º Secretário,



---